

## ESTUDANTES ESTRANGEIROS NOS DIFERENTES NÍVEIS DE ENSINO

Para assinalar o Dia Internacional do Estudante, 17 de novembro de 2017

**Como Citar:** Oliveira, Catarina Reis e Gomes, Natália (2017), “Estudantes estrangeiros nos diferentes níveis de ensino”, Boletim Estatístico OM N°3, Coleção *Imigração em Números* (coordenação de Catarina Reis Oliveira), Observatório das Migrações. 978-989-685-091-3. Disponível em: <http://www.om.acm.gov.pt/publicacoes-om/colecao-imigracao-em-numeros/boletins-estatisticos>

### Introdução

Dedica-se este terceiro *Boletim Estatístico OM* da Coleção *Imigração em Números* do Observatório das Migrações, para assinalar o [Dia Internacional do Estudante](#), 17 de novembro. Este dia foi celebrado pela primeira vez em 1941, em Londres, pelo Conselho Internacional de Estudantes (atual União Internacional de Estudantes) com delegados de 26 países que integravam refugiados, homenageando a memória dos estudantes assassinados pelos nazis no mesmo dia em 1939.

A integração educativa dos imigrantes é um tema recorrentemente tratado por este observatório, tanto nos seus relatórios estatísticos como nos seus estudos, caracterizando-se neste Boletim Estatístico os estudantes imigrantes de todos os níveis do ensino básico, do ensino secundário e do ensino superior.

Na caracterização da interação entre os imigrantes e o sistema educativo deve atender-se a duas dimensões da mesma realidade que os dados administrativos tendem a mesclar: por um lado, o fluxo migratório de alunos estrangeiros, ou seja, imigrantes que chegam a sociedades de acolhimento por razões educativas, nomeadamente por via de políticas que promovem a captação de estudantes internacionais; e, por outro lado, os alunos estrangeiros que integram o sistema escolar por acompanharem os seus familiares imigrantes (assumindo-se, nomeadamente, enquanto descendentes de imigrantes, mas que não determinam em si a razão do fluxo migratório).

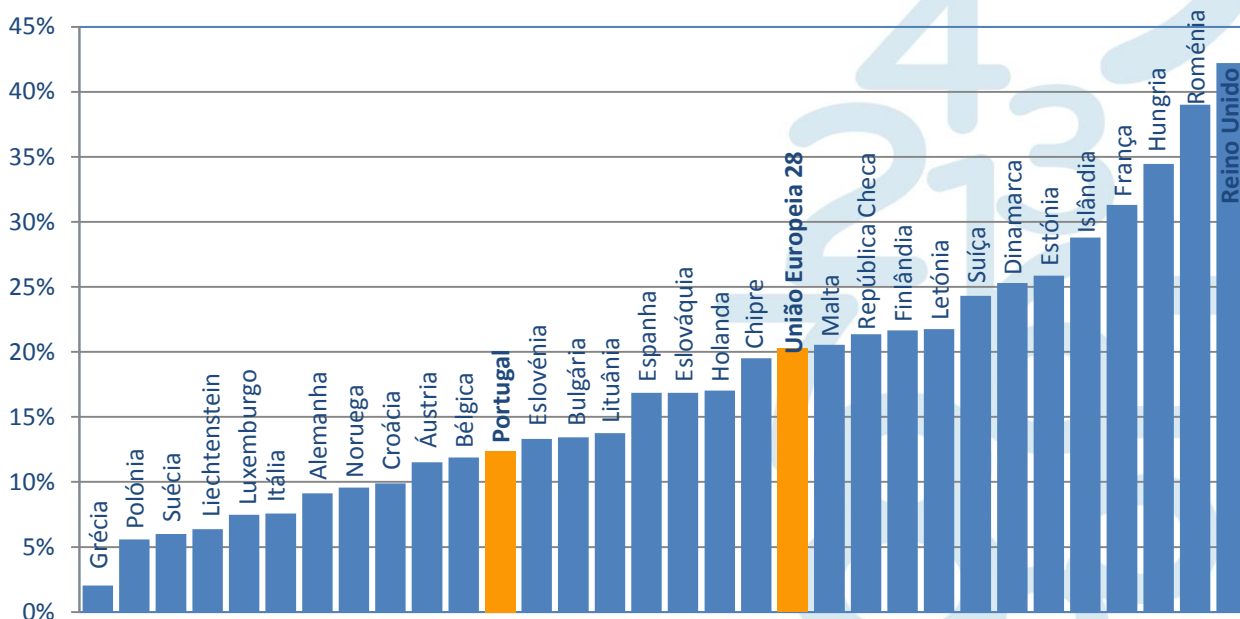
Em resultado, sistematizam-se neste Boletim Estatístico OM dados internacionais e nacionais acerca do fluxo migratório por razões de estudo, os seus impactos nos diferentes países da OCDE em termos do total de imigrantes e do total de estudantes do país, e os resultados comparados da performance escolar dos estudantes imigrantes e não imigrantes. A mais recente avaliação desenvolvida pela OCDE (de 2015) do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), que afere o desempenho escolar das crianças - “não imigrantes” e “imigrantes” - com 15 anos de idade nas ciências, leitura e matemática, destaca especialmente Portugal como o país que mais reduziu a diferença de resultados dos dois grupos de alunos, controlando ou não os efeitos do contexto socioeconómico e da língua falada em casa. Analisam-se ainda outros dados administrativos de Portugal para os três níveis de ensino - o básico, o secundário e o superior -, considerando a evolução dos estudantes estrangeiros e, de forma comparada para os nacionais e os estrangeiros, as taxas de transição e conclusão de estudos em Portugal. Considera-se, assim, os números da educação adquirida em Portugal por cidadãos de nacionalidade estrangeira residentes no país nos diferentes níveis de ensino.

**Catarina Reis Oliveira**  
Diretora do Observatório das Migrações

## 1. Fluxos migratórios de estudantes estrangeiros

Nos últimos anos a entrada de estudantes estrangeiros nos diferentes países de acolhimento ganhou importância relativa nos fluxos de imigração. Segundo o [EUROSTAT](#), em 2016, o país com maior afluência de **imigrantes por 'razões educativas'** foi o Reino Unido, totalizando as autorizações de residência para estudo 42% do total de primeiras concessões de autorizações de residência. Seguiam-se a Roménia e Hungria, com 39% e 34% dos respetivos totais de primeiras concessões de autorizações de residência. No extremo oposto da distribuição encontrava-se nesse ano a Grécia, a Polónia e a Suécia, com apenas 2%, 6% e 6% de primeiras autorizações de residência por razões educativas, respetivamente. Em 2016 a média de primeiras autorizações de residência relacionadas com educação nos países da União Europeia foi de 20%, encontrando-se Portugal abaixo dessa média com 12% de primeiras autorizações de residência por razões educativas. Importa atender, porém, que este valor de Portugal representa uma ligeira subida relativamente aos dois anos precedentes, mas fica bastante aquém dos 26% registados pelo país em 2012. Nesse ano, contrariando a queda das restantes autorizações de residência (nomeadamente por razões de trabalho), as primeiras autorizações por razões educativas foram 26% do total de novas concessões, situando-se nesse ano acima da média da União Europeia registada então (22%).

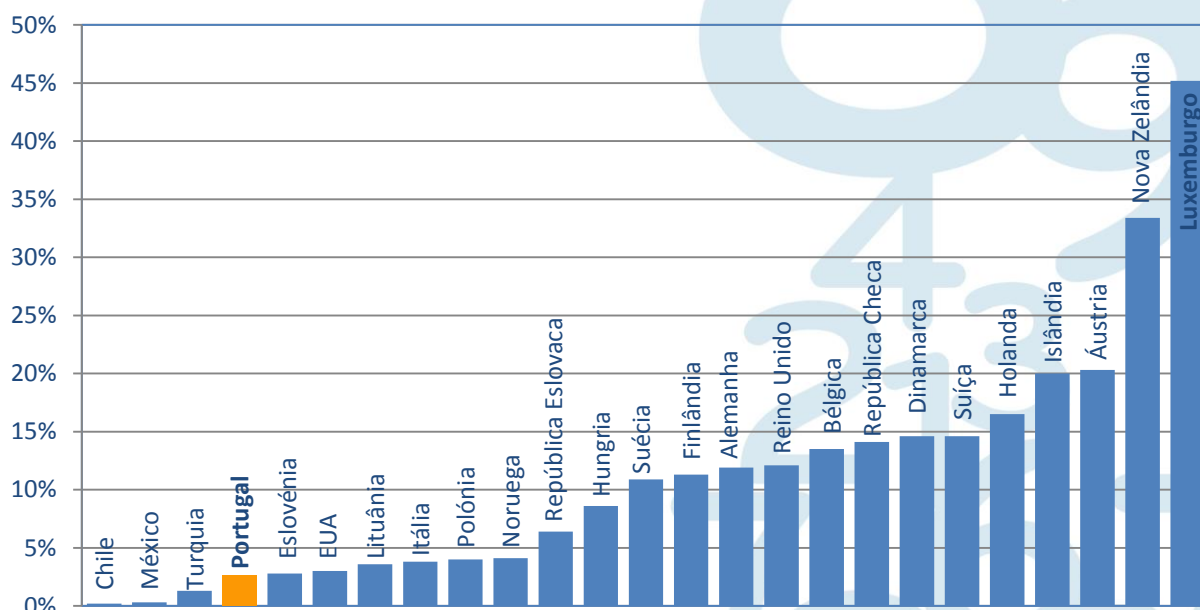
Percentagem de primeiras concessões de autorizações de residência a estrangeiros por razões educativas, por total de primeiras concessões, em 2016



Fonte: [Eurostat](#) (cálculos e tratamento gráfico da equipa OM). Notas: Dados indisponíveis para a Irlanda

Estas concessões de autorização de residência a estrangeiros por razões educativas têm-se associado principalmente a estudantes internacionais do ensino superior. Este fluxo tem conduzido, por isso, a um aumento da importância relativa dos estrangeiros no ensino superior dos vários países da OCDE. Novos dados disponibilizados pela OCDE permitem identificar o **peso relativo dos estudantes estrangeiros no total de novos inscritos no ensino superior**, observando-se que em 2015 o país com maior percentagem de ingressos internacionais é o Luxemburgo, com 45%, seguido a alguma distância pela Nova Zelândia (33%), e depois pela Áustria (20%) e a Islândia (20%). Por contraste, no extremo oposto, os países da OCDE com menor proporção de estudantes internacionais nos ingressos registados em 2015, são o Chile (0%), o México (0%) e a Turquia (1%). Nestes dados apurados pela OCDE, Portugal regista apenas 3% de estudantes internacionais nos novos inscritos desse ano.

Percentagem de estudantes internacionais nos novos inscritos do ensino superior, nos países da OCDE em 2015

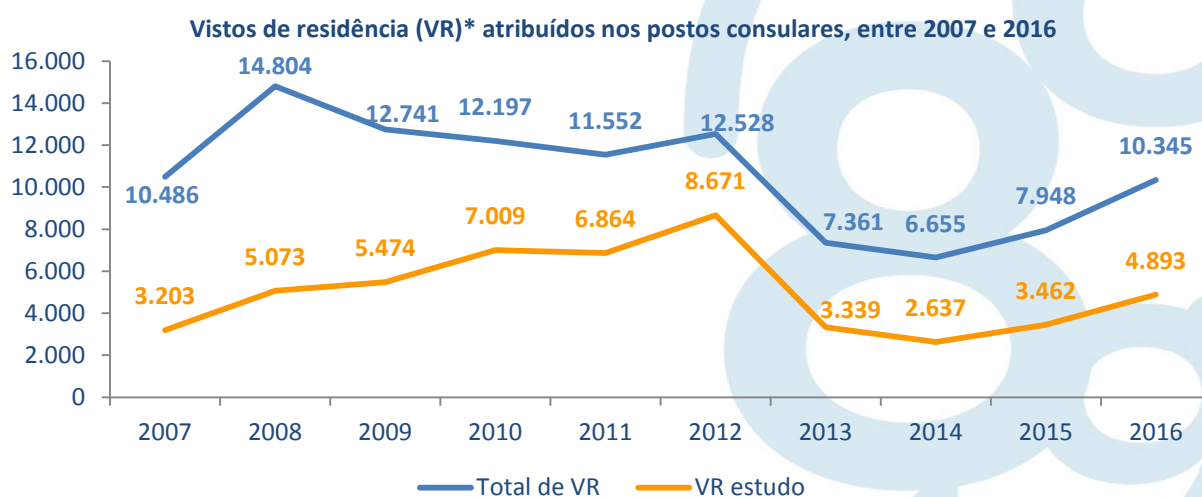


Fonte: [OCDE.Stat](#) (tratamento gráfico da equipa OM).

Nota: Representados apenas os países com dados disponíveis.



Nos últimos anos Portugal assistiu a uma alteração no perfil das entradas de estrangeiros. Nota-se que o país tem vindo a atrair ou a **reforçar novos perfis de imigração**, com o aumento da importância relativa de alguns fluxos (caso dos estudantes, de investigadores e altamente qualificados e, de forma mais ténue, de reformados) e a diminuição de outros (caso das entradas para o exercício de atividades subordinadas).



Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros (sistematização das autoras).

Nestes novos perfis de imigração têm-se, pois, destacado os estudantes ([Oliveira e Gomes, 2014](#); [Oliveira e Gomes, 2016](#); e [Oliveira e Gomes, 2017](#)). A análise da evolução dos vistos de residência (VR) para estudo - considerando de forma agregada os VR para estudo e intercâmbio de estudantes e os VR para mobilidade dos estudantes do Ensino Superior - evidencia um aumento substantivo entre o ano de 2007 e o ano de 2012. Estes vistos passaram de 3.203 em 2007 para mais do dobro em 2012 (8.671). Importa notar que o crescimento dos vistos de estudo neste período temporal ocorreu em contraciclo relativamente à evolução global do número total de vistos, que sofreu uma quebra entre 2008 e 2012 (de 14.804 em 2008 para 12.528 em 2012). Resultou, pois, um crescimento substantivo também da importância relativa das entradas de estrangeiros para estudo no total de entradas no país, que em 2012 significaram 69,2% do total de vistos de residência concedidos. Entre 2012 e 2014 notou-se um decréscimo global do número de entradas de estrangeiros que é acompanhado também pelo decréscimo no número de vistos de residência para estudo.

Contudo, desde 2014 até 2016 registou-se uma recuperação nas entradas de estrangeiros, quer em termos globais, quer em termos das entradas para estudo, mantendo-se os vistos de residência para efeitos de estudo a destacar-se, representando em 2016 cerca de metade (47,3%) das razões de entrada de estrangeiros em Portugal.

## 2. Resultados dos alunos imigrantes e não imigrantes no *Programme for International Student Assessment (PISA)*

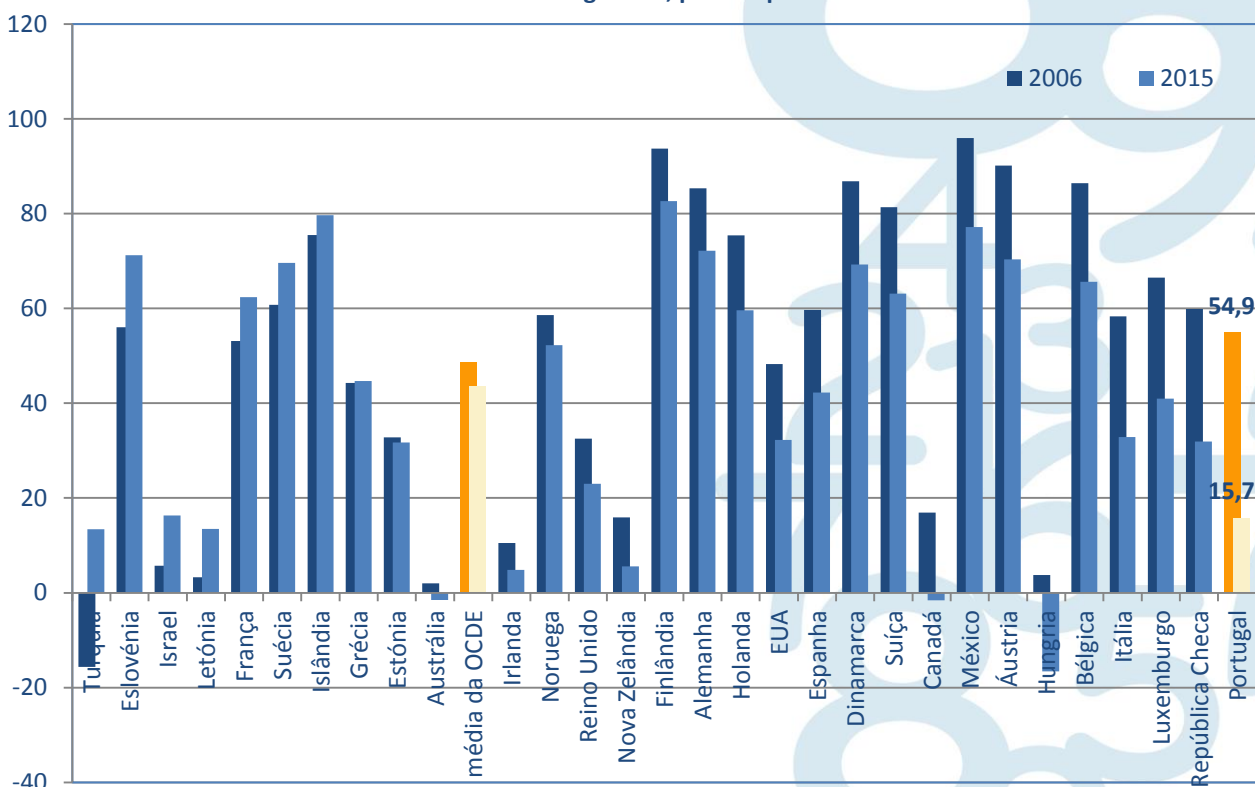
A integração de estudantes estrangeiros no sistema educativo e o seu desempenho escolar, têm-se assumido como dimensões importantes de caracterização em inúmeros relatórios internacionais. Os estudos desenvolvidos pela OCDE ([2006](#), [2010](#)) evidenciam que, de uma forma geral, os **imigrantes tendem a apresentar maiores dificuldades em obter bons resultados escolares quando comparados com os nacionais dos países de acolhimento**. Em média nos países da OCDE, 19,9% dos estudantes imigrantes tinham já repetido um ano quando participaram no PISA 2015, enquanto o número correspondente para os seus colegas não imigrantes era de 10,9%. Ainda que a reprovação dos estudantes seja geralmente baseada no seu desempenho, em 2015 os estudantes imigrantes tinham uma probabilidade de já terem repetido um ano 70% superior à dos seus colegas não imigrantes de igual desempenho no PISA a ciências e leitura (PISA, [2016: 259](#)).

As maiores dificuldades ou piores desempenhos escolares não se associam apenas à condição imigrante, mas sobrepõem-se a condições socioeconómicas distintas de partida: verifica-se, neste âmbito, o papel explicativo nas performances escolares da classe social e das características dos indivíduos e dos seus agregados familiares (e.g. género, qualificações dos pais, meio onde reside rural/urbano ou centro/subúrbio), verificando-se que estas dimensões tendem a suplantar a influência explicativa que a origem étnica ou cultural pode ter. Por outro lado, deve atender-se ao efeito que podem exercer as políticas públicas educativas no combate a desigualdades sociais e escolares transversais (e não específicas aos imigrantes), assumindo a estrutura de acolhimento e os respetivos enquadramentos institucionais e legais também pendor explicativo para diferenças de desempenho escolar que se podem observar em diferentes países de acolhimento de imigrantes. Como sintetiza a OCDE ([PISA, 2016: 243](#)): *education outcomes of immigrant students are shaped by different resources and circumstances associated with both the families and immigrant communities they come from, and the social and education policies, and attitudes towards immigrants, in the countries of destination. (...) In addition, immigrant students' education outcomes are affected by institutional features of the host-country education systems, including early stratification practices. More generally, performance differences among immigrant students across countries need to be seen in light of the selectivity of host-country immigration policies and the relative culture and linguistic similarity between countries of origin and destination.* O mesmo estudo acrescenta ainda que os estudantes imigrantes estão frequentemente em situações de dupla desvantagem pela sua condição de imigrante e pela sua classe social ou privação social ([PISA, 2016: 244](#)): *in many cases immigrant students have to overcome cultural and social barriers that compound the effects of socio-economic deprivation, including attending schools with fewer resources and higher concentrations of other disadvantaged students.*

Atendendo a todas estas dimensões explicativas e ao aumento global da presença de estudantes estrangeiros nos sistemas escolares dos diferentes países da OCDE (de 9,4% em 2006 para 12,5% em 2015), importa considerar, também pelo seu potencial comparativo, os resultados do teste PISA (*Programme for International Student Assessment*), desenvolvido pela OCDE, com o intuito de avaliar a literacia de jovens de 15 anos nas áreas da Leitura, Ciências e Matemática, contribuindo assim para a recolha de informação sobre o desempenho dos sistemas educativos de diferentes países do mundo.

Reconhecendo os efeitos explicativos no desempenho escolar dos alunos de algumas variáveis, a OCDE controla nesse estudo os efeitos da origem migratória (imigrantes e não imigrantes), o *status* socioeconómico e da língua falada em casa, para aferir a equidade educativa de base, assumindo a educação como uma importante dimensão de integração das crianças de imigrantes (PISA, 2016).

**Evolução, entre 2006 e 2015, da distância do desempenho a ciências dos estudantes imigrantes aos estudantes não imigrantes, para os países da OCDE**



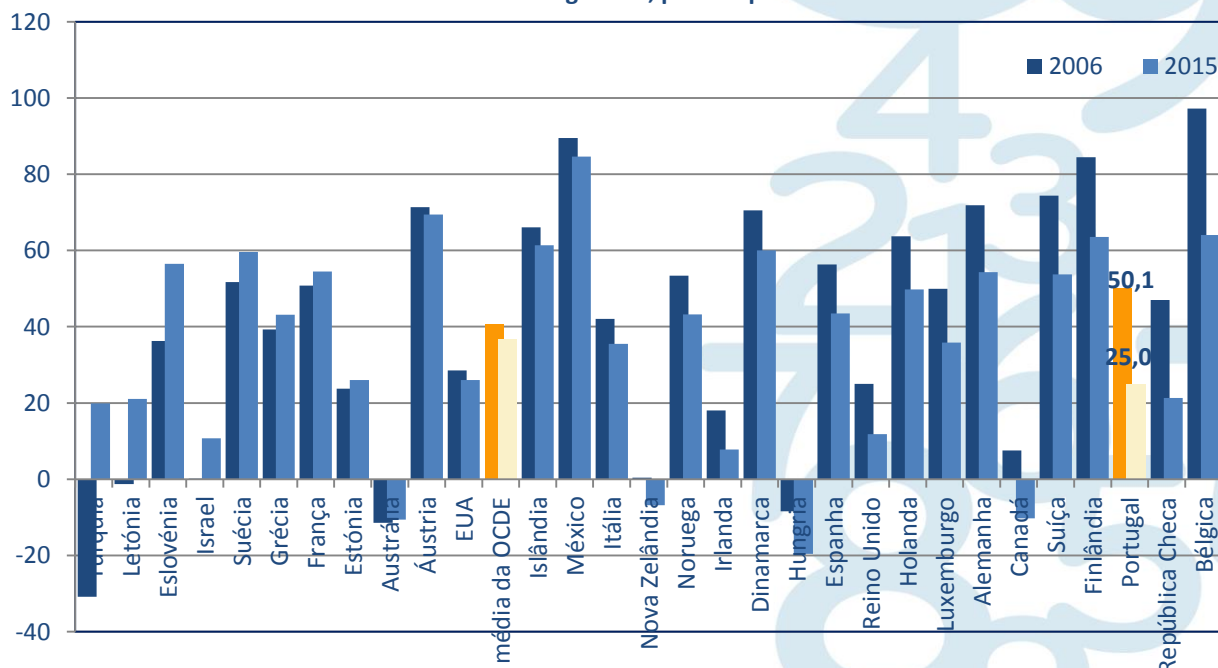
Fonte: [PISA \(2016\)](#) (tratamento gráfico da equipa do OM). // Nota: Os dados de Portugal e da média da OCDE encontram-se representados em dois tons de laranja. Projetados os países com dados disponíveis.



**Portugal participa nas avaliações do PISA desde 2000** tendo, de forma consistente ([Ferreira et al., 2017: 13-14](#)), melhorado nos três domínios considerados, reduzindo simultaneamente a importância relativa dos alunos com desempenho fraco (*low performers*) e aumentado o peso dos alunos de desempenho excelente (*top performers*). Na edição mais recente (PISA, 2016), os alunos de Portugal melhoraram os resultados em todas as áreas, tendo obtido scores acima da média dos resultados dos vários países da OCDE em todos os domínios, alcançando a 17<sup>ª</sup> posição a Ciências, a 18<sup>ª</sup> em Leitura e a 22<sup>ª</sup> a Matemática (entre os 35 países que integram a OCDE).

Relativamente aos alunos imigrantes, Portugal foi o **país da OCDE onde mais se reduziu a distância entre os resultados dos imigrantes e dos restantes alunos** ([PISA, 2016: 260](#)). Em 2006, data do último PISA focado na **literacia científica**, os estudantes imigrantes tinham um resultado, em média, inferior em 54,9 pontos ao dos colegas sem um percurso migratório. No PISA com dados para 2015, esta diferença reduziu-se para 15,7 pontos, ou seja tornou-se cerca de um terço da média dos países da OCDE (43 pontos). Esta redução de 39,1 pontos na diferença entre os dois grupos de alunos é a maior de todas as registadas no estudo. Este resultado é obtido antes de serem controlados os efeitos da língua falada em casa e do contexto socioeconómico.

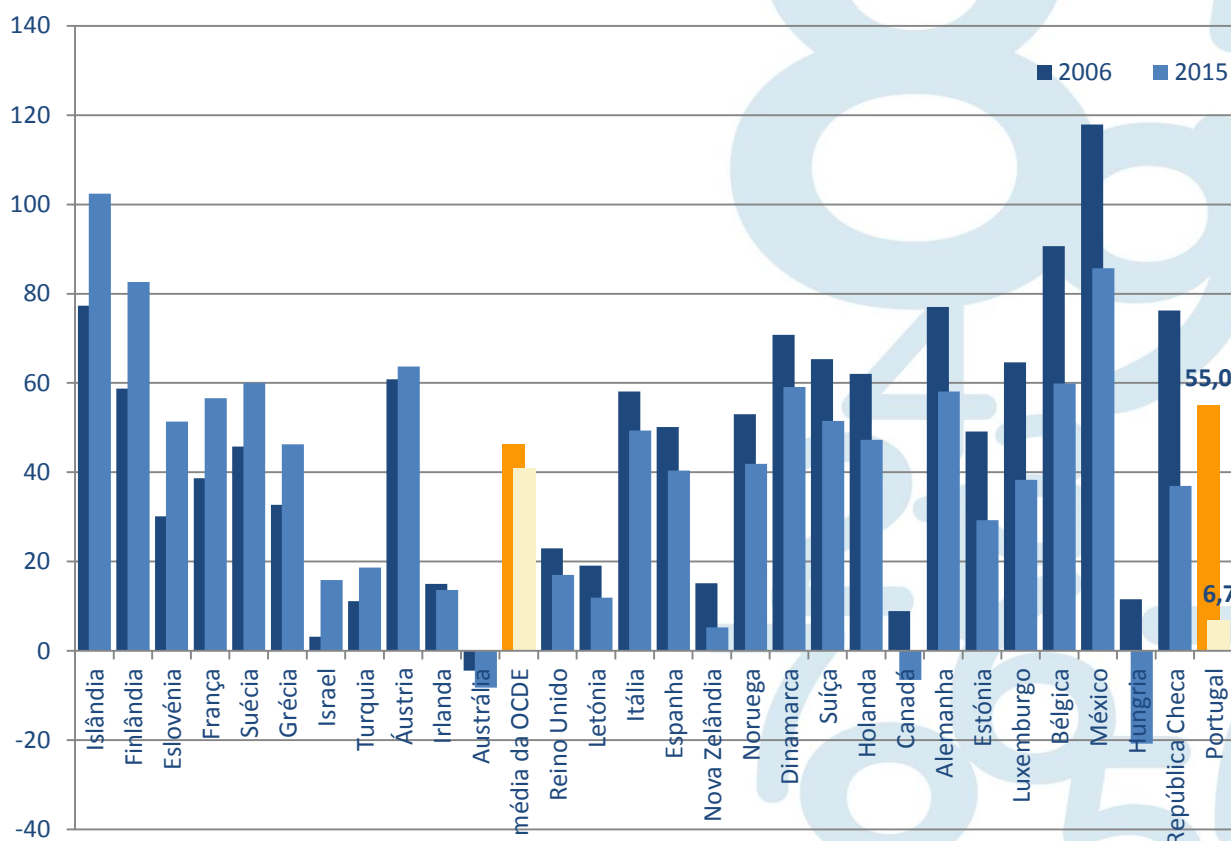
**Evolução, entre 2006 e 2015, da distância do desempenho a matemática dos estudantes imigrantes aos estudantes não imigrantes, para os países da OCDE**



Fonte: [PISA \(2016\)](#) (tratamento gráfico da equipa do OM). // Nota: Os dados de Portugal e da média da OCDE encontram-se representados em dois tons de laranja. Projetados os países com dados disponíveis.

A mesma redução profunda, que volta a colocar Portugal como o país da OCDE em que de 2006 para 2015 mais reduziram as distâncias de performances escolares dos estudantes imigrantes face aos estudantes não imigrantes, observa-se no desempenho na **leitura**: a distância era de 55 pontos de diferença em 2006, passando para 6,7 pontos em 2015. Uma redução também significativa, mas que apenas coloca Portugal em terceiro lugar nos países com dados para os dois anos, verifica-se na performance na **matemática**: de 2006 para 2015 os estudantes imigrantes passam de um resultado, em média, inferior em 50,1 pontos face ao dos colegas sem um percurso migratório, para 25 pontos.

**Evolução, entre 2006 e 2015, da distância do desempenho a leitura dos estudantes imigrantes aos estudantes não imigrantes, para os países da OCDE**

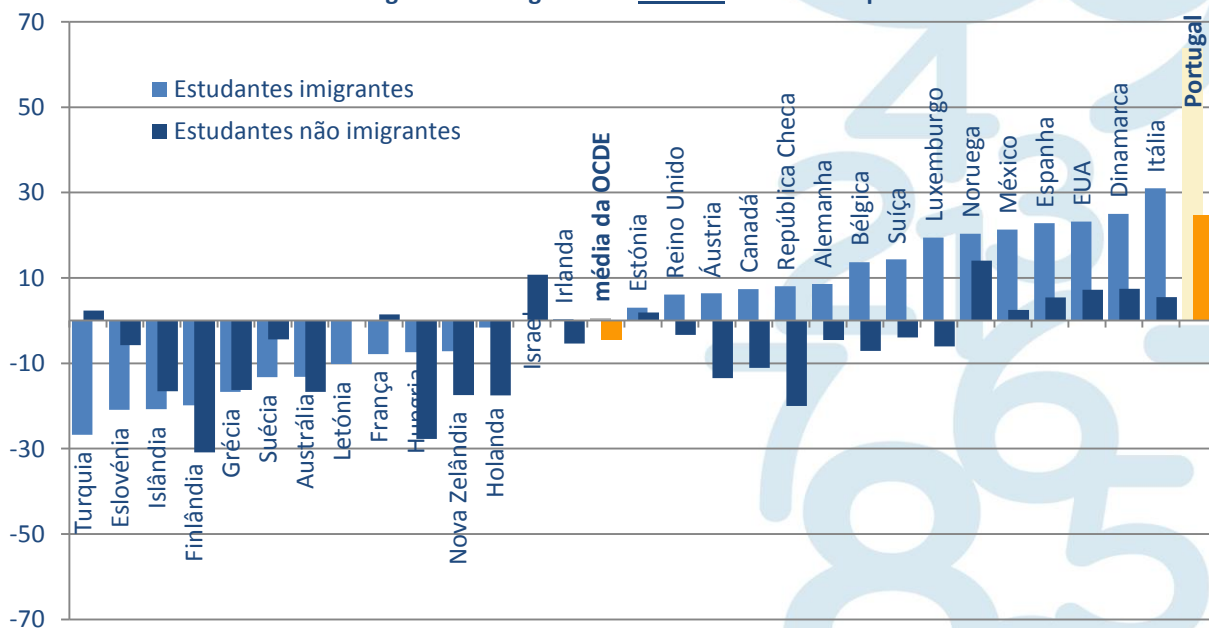


Fonte: [PISA \(2016\)](#) (tratamento gráfico da equipa do OM). // Nota: Os dados de Portugal e da média da OCDE encontram-se representados em dois tons de laranja. Projetados os países com dados disponíveis.



Portugal não apenas foi o contexto com a maior convergência de estudantes imigrantes e não imigrantes, registada entre 2006 e 2015, como essa convergência é notável por ter sido conseguida mediante melhorias de desempenho substantivas por parte de ambos os grupos, mas muito particularmente pelos imigrantes. **Entre os países da OCDE para os quais há dados, Portugal regista as maiores melhorias de desempenho dos estudantes imigrantes (64 pontos percentuais) e não imigrantes (25 pontos percentuais) a ciências.** Estes valores superam claramente os outros países melhor colocados, quer no que diz respeito aos imigrantes (a Itália e a Dinamarca, com melhorias de 31 e 25 pontos, respetivamente), quer no que diz respeito aos não imigrantes (a Noruega e Israel, com melhorias de 14 e 11 pontos, respetivamente). Por contraste, há países onde se registou convergência, mas apenas devido à queda dos resultados dos não imigrantes, e outros onde o fosso até se alargou. Melhorias semelhantes verificaram-se também no desempenho dos estudantes imigrantes e não imigrantes a **matemática** e na **leitura** em Portugal: de 2006 para 2015, os estudantes não imigrantes melhoraram a sua performance em +25 pontos percentuais e +23 pontos percentuais, respetivamente, sendo os alunos imigrantes os que melhoraram ainda mais significativamente (+50 pp. e + 71 pp., respetivamente). **Portugal surge, neste âmbito, como o país da OCDE que mais melhorou a performance dos alunos imigrantes nesta última década.**

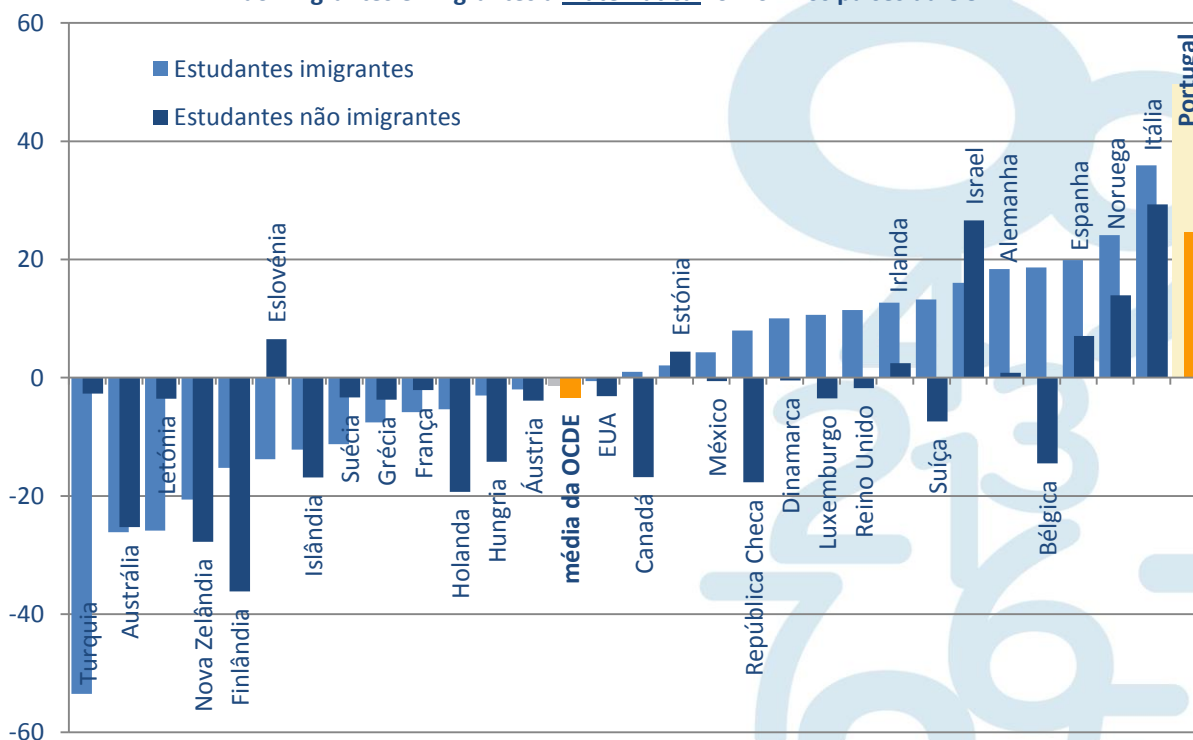
Evolução, entre 2006 e 2015, dos desempenhos dos estudantes não imigrantes e imigrantes a ciências no PISA nos países da OCDE



Fonte: [PISA \(2016\)](#) (tratamento gráfico da equipa do OM). // Nota: Os dados de Portugal e da média da OCDE encontram-se representados em dois tons de laranja (a laranja escuro para os estudantes não imigrantes; a laranja mais claro para os estudantes imigrantes). Projetados apenas os países com dados disponíveis.

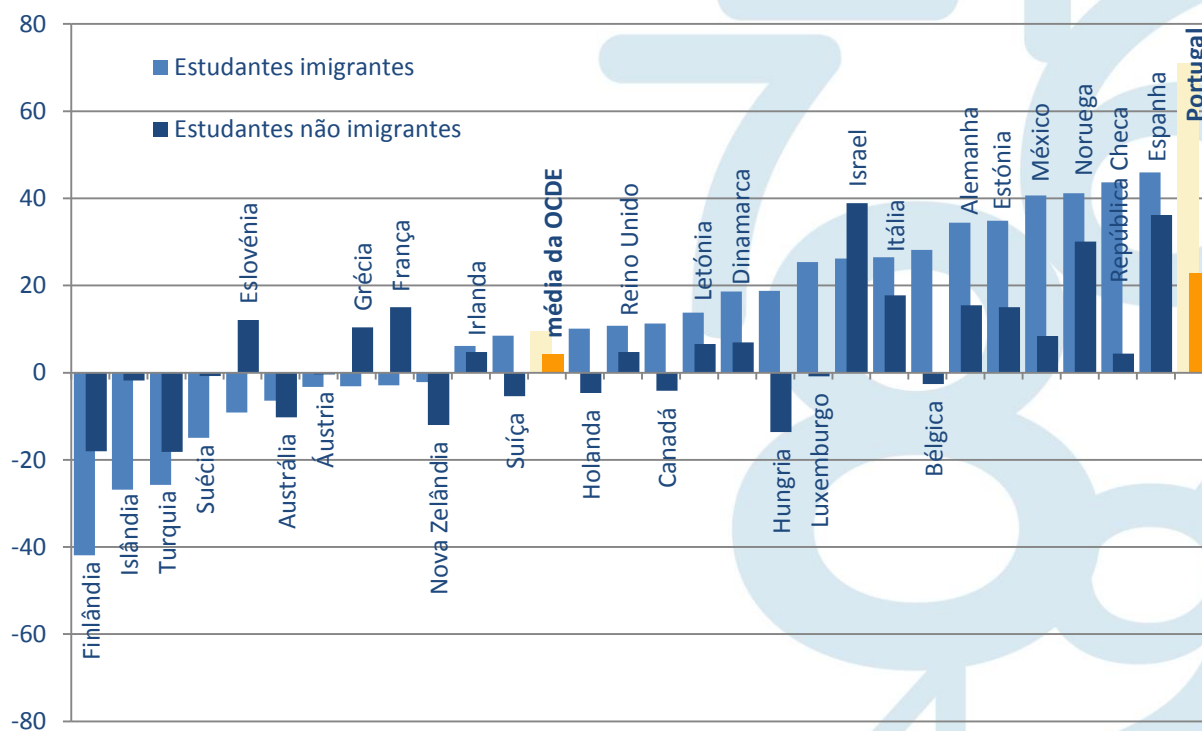
Estas melhorias substantivas podem refletir tanto mudanças nas políticas educativas, como mudanças nas características do universo de estudantes imigrantes. Deve, pois, atender-se que na última década verificou-se também mudanças na própria composição dos fluxos e das suas características em Portugal. Se é verdade que, conforme realçava a OCDE (PISA, 2016: 245), os países recentes de imigração como Portugal tendiam a estar mais associados a fluxos imigratório de baixas qualificações o que inferia nos resultados escolares dos alunos imigrantes, também é verdade que desde a viragem do século se diversificaram mais as qualificações dos imigrantes residentes em Portugal em virtude da chegada ou reforço de novos fluxos de imigração (Oliveira e Gomes, 2014; Oliveira e Gomes, 2016; e Oliveira e Gomes, 2017), o que podem ter influído nestes resultados dos desempenhos dos estudantes imigrantes na última década.

Evolução, entre 2006 e 2015, dos desempenhos dos estudantes não imigrantes e imigrantes a matemática no PISA nos países da OCDE



Fonte: [PISA \(2016\)](#) (tratamento gráfico da equipa do OM). // Nota: Os dados de Portugal e da média da OCDE encontram-se representados em dois tons de laranja. Projetados os países com dados disponíveis.

Evolução, entre 2006 e 2015, dos desempenhos dos estudantes não imigrantes e imigrantes a leitura no PISA nos países da OCDE



Fonte: [PISA \(2016\)](#) (tratamento gráfico da equipa do OM). // Nota: Os dados de Portugal e da média da OCDE encontram-se representados em dois tons de laranja. Projetados os países com dados disponíveis.

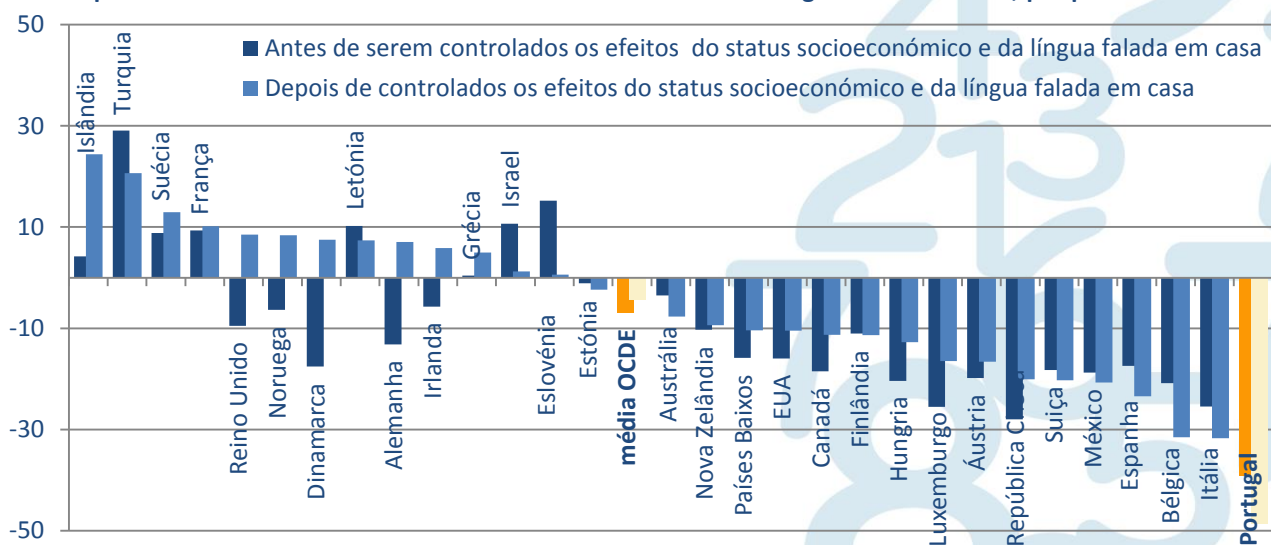
Apesar do encurtamento na distância dos resultados dos alunos com percursos de imigração face aos não imigrantes, e da melhoria significativa da performance dos alunos imigrantes nas várias áreas (ciências, matemática e leitura), a tendência internacional continua a apontar para uma **maior dificuldade de os estudantes imigrantes conseguirem a mesma performance escolar que os restantes estudantes**. Portugal acompanha esta tendência, apesar dos resultados positivos que tem vindo a alcançar. Como explicam [Ferreira, Flores e Casas-Novas \(2017: 25\)](#) para o caso português os diferenciais resultam essencialmente das várias características do agregado familiar (e.g. escolaridade, estatuto profissional, bens materiais e alguns indicadores culturais), sendo os resultados do país essencialmente explicados pelo nível de escolaridade dos pais. Para as autoras, a melhoria dos resultados do PISA para Portugal na última década e meia deve-se essencialmente às melhorias das condições socioeconómicas dos alunos. As autoras reconhecem, porém, que *continua ainda a existir muita iniquidade social que se traduz em maiores dificuldades de aprendizagem e consequentemente resultados mais fracos do que os desejáveis* ([Ferreira et al., 2017: 25](#)).



Neste âmbito, para melhor aferir os reais efeitos da origem de imigração na performance escolar nos vários países de acolhimento, o PISA procura retirar os efeitos do contexto socioeconómico e da língua falada em casa nos resultados dos estudantes imigrantes. Assim, quando controlados **os efeitos do contexto socioeconómico e da língua falada em casa**, no PISA de 2006, os estudantes imigrantes em Portugal apresentavam um resultado inferior em **literacia científica** aos colegas autóctones em 57 pontos. No PISA de 2015 esta diferença reduz-se para 8,4 pontos (face à média da OCDE de 18,9 pontos, portanto mais do dobro da diferença que se observa em Portugal). A redução neste caso foi de 48,6 pontos, representando também a maior redução dos países da OCDE quando controlados os efeitos do contexto socioeconómico e da língua falada em casa (ou seja, quando removidos estes efeitos do estatuto socioeconómico e da língua falada em casa). A redução da diferença entre imigrantes e não imigrantes, através do controlo dessas variáveis, sugere que os obstáculos a melhores desempenhos no PISA que permanecem entre os estudantes relativos às especificidades da sua condição de imigrantes diminuíram substantivamente.

Reduções semelhantes verificam-se no hiato do desempenho a matemática e a leitura entre os estudantes não imigrantes e os imigrantes, controlados os efeitos do *status* socioeconómico e da língua falada em casa: de 2006 para 2015, a redução no hiato dos desempenhos a **matemática** foi de 37 pontos (superada em 2015 pela Bélgica com redução de 38 pontos) e a **leitura** uma redução de 54 pontos, a maior dos países da OCDE para esse ano (só depois a Bélgica com redução de 39 pontos).

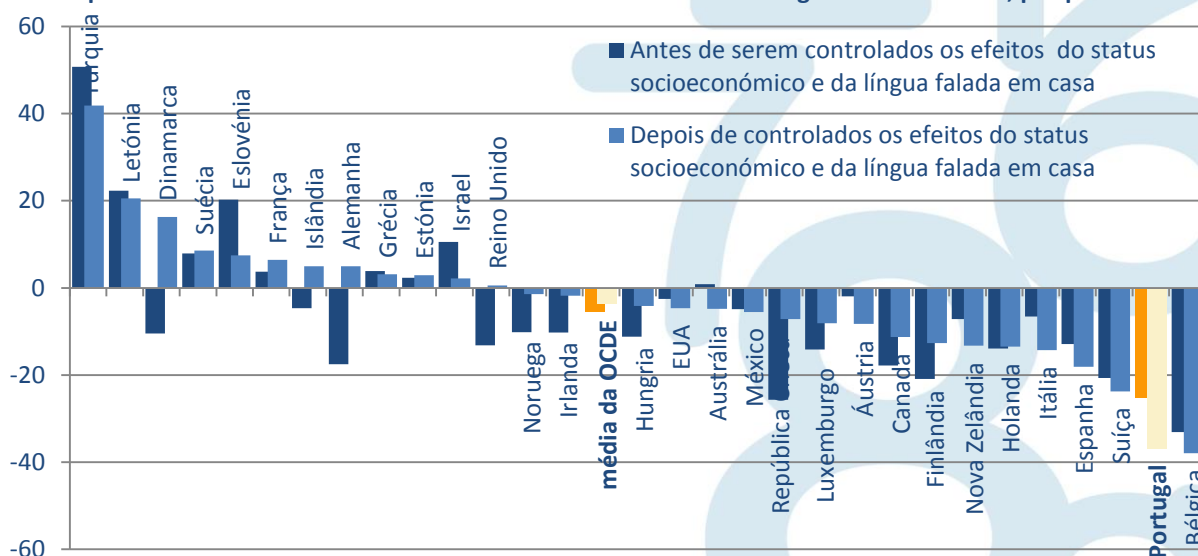
## Evolução, entre 2006 e 2015, do hiato de desempenho a ciências dos estudantes não imigrantes e imigrantes, antes e depois de controlados os efeitos do status socioeconómico e da língua falada em casa, por países da OCDE



Fonte: [PISA \(2016\)](#) (tratamento gráfico da equipa do OM).

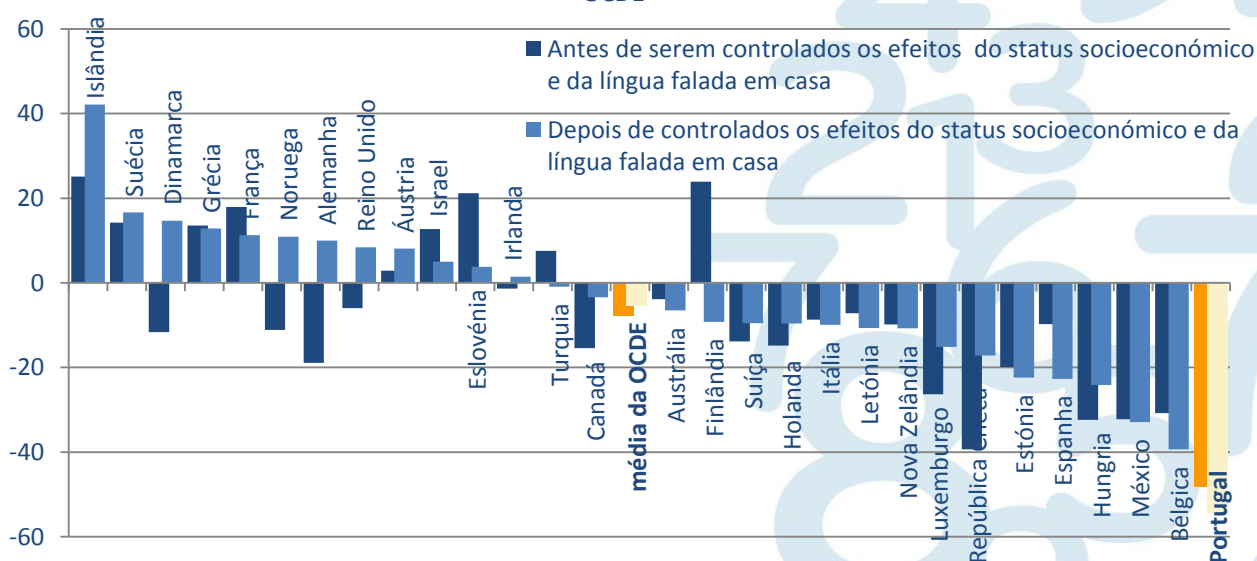
Nota: Os dados para Portugal e para a média da OCDE representam-se em dois tons de laranja (a laranja escuro antes de serem controlados os efeitos do status socioeconómico e da língua falada em cada; a laranja claro depois de controlados os efeitos do status socioeconómico e da língua falada em casa). Representados apenas os países com dados disponíveis.

**Evolução, entre 2006 e 2015, do hiato entre o desempenho a matemática dos estudantes não imigrantes e imigrantes, antes e depois de controlados os efeitos do status socioeconómico e da língua falada em casa, por países da OCDE**



Fonte: [PISA \(2016\)](#) (tratamento gráfico da equipa do OM). // Nota: Os dados para Portugal e para a média da OCDE representam-se em dois tons de laranja. Representados apenas os países com dados disponíveis.

**Evolução, entre 2006 e 2015, do hiato entre o desempenho a leitura dos estudantes não imigrantes e imigrantes, antes e depois de controlados os efeitos do status socioeconómico e da língua falada em casa, para os países da OCDE**



Fonte: [PISA \(2016\)](#) (tratamento gráfico da equipa do OM). // Nota: Os dados para Portugal e para a média da OCDE representam-se em dois tons de laranja. Representados apenas os países com dados disponíveis.

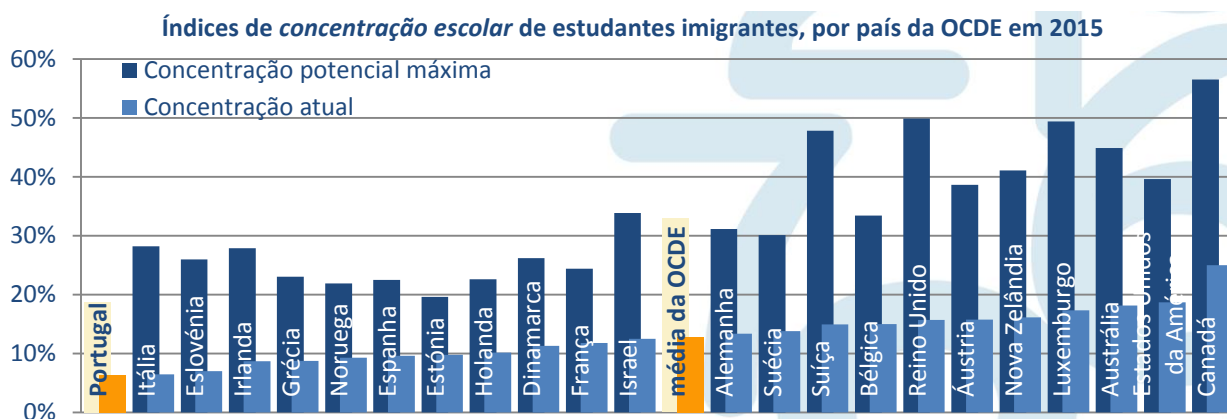


Resulta, pois, que o desempenho escolar encontra-se muito ligado ao estatuto socioeconómico das famílias dos estudantes, mostrando-se que quando controlado o seu efeito o hiato entre imigrantes e não imigrantes diminui substantivamente. Verifica-se, complementarmente, a existência de estudantes denominados de *resilientes* pela OCDE ([PISA, 2016: 252](#)) que, embora situados no quartil mais desfavorecido de famílias com desvantagens socioeconómicas, conseguem superar essa desvantagem e obter desempenhos ao nível do melhor quartil de desempenhos escolares dos participantes do PISA. Em 2015, no contexto português 27% dos estudantes imigrantes socioeconomicamente mais desfavorecidos (quartil inferior) conseguiram obter bons desempenhos (quartil superior), em termos de resultados internacionais (ajustados em função do estatuto socioeconómico) a ciências. Este valor, que o PISA designa por “resiliência”, é ligeiramente superior à média da OCDE (24%). Ou seja, **em Portugal a percentagem de estudantes imigrantes desfavorecidos que conseguiu ter bons resultados no último PISA foi ligeiramente superior à média da OCDE**. Os países com maior percentagem de estudantes imigrantes “resilientes” em 2015 são a Estónia (46%), o Canadá (42%) e a Irlanda (37%). Por sua vez, os países com menor percentagem de tais estudantes são o México (2%), o Chile (4%) e a Islândia (10%). Estes resultados dão um sinal de que em alguns países, se verifica uma proporção de estudantes que conseguem superar a sua dupla condição de desvantagem – ser de *status* socioeconómico baixo e ser de origem imigrante – e obter bons resultados de desempenho escolar, estando implícito que os sistemas educativos dos países e as políticas de educação podem apoiar no desenvolvimento das potencialidades dos estudantes imigrantes ([PISA, 2016: 253](#)).

Para a OCDE ([PISA, 2016: 256, 257](#)) o baixo desempenho dos estudantes imigrantes, por comparação aos estudantes não imigrantes, pode ser também explicado pela concentração dos primeiros em escolas desfavorecidas. Considera-se nesse relatório que os estudantes imigrantes podem obter piores performances escolares por estarem sobre representados em determinadas escolas, seja porque essas escolas estão perto dos seus bairros de residência ou porque os sistemas escolares dos países tendem a agrupá-los juntos em determinadas escolas (neste último caso independentemente do seu local de residência). O relatório PISA ([2016: 256](#)) realça, neste âmbito, que *negative outcomes will likely follow if ethnic agglomerations become enclaves whose residents have little possibility of outward and upward mobility*. Deste modo, defende a OCDE ([PISA, 2016: 257](#)), deve ser estabelecida a relação entre performances escolares dos estudantes imigrantes e a concentração desses estudantes em determinadas escolas, atendendo também às suas condições socioeconómicas de base.

Para medir esta relação o PISA recorre ao cálculo de dois índices do **grau de concentração escolar dos estudantes imigrantes**, ou seja, a incidência local ou a sobre representação de estudantes imigrantes em determinadas escolas. No primeiro índice – *índice de concentração atual* – é analisada a percentagem de estudantes imigrantes e não imigrantes que teriam de mudar de escola para que todas as escolas tivessem uma distribuição idêntica ou equilibrada de estudantes imigrantes e não imigrantes. O segundo índice – *índice de concentração potencial máxima* –, mede por sua vez a percentagem mínima de estudantes que teriam de mudar de escola se todos os estudantes imigrantes estivessem em grandes escolas. Em síntese estes índices procuram medir o grau de similaridade na composição das escolas e do seu contexto social.





Fonte: [PISA \(2016\)](#) (tratamento gráfico da equipa do OM). Nota: Os dados para Portugal e para a média da OCDE encontram-se representados em dois tons de laranja (a laranja claro os dados para a concentração potencial máxima; a laranja escuro os dados para a concentração atual). Encontram-se representados apenas os países com dados.

Nestes indicadores, **Portugal** é uma vez mais destacado nos dados analisados para 2015 do PISA, assumindo-se como o **país de mais baixa concentração escolar dos estudantes imigrantes**. Em 2015, em Portugal bastaria que 6% do total de estudantes mudassem de escola para que todas as escolas tivessem a mesma percentagem de estudantes imigrantes e/ou equilibrassem a importância relativa de estudantes imigrantes no total de estudantes. Este valor, dito índice de concentração atual de imigrantes nas escolas, é semelhante aos registados na Itália (6%) e Eslovénia (7%), fica bastante aquém da média da OCDE (13%) e contrasta significativamente com os registados nos países com maior historial de imigração (e.g. 25% no Canadá, 19% nos Estados Unidos da América, 18% na Austrália). A grande diferença face aos países tradicionais de imigração deve-se, em parte, ao volume total de imigração e à dimensão e capacidade das escolas que aí existem, bem como a distribuição dos imigrantes pelos países que não é necessariamente equilibrada, mas tende a sobre concentrar-se em determinadas regiões. Atendendo a estas diferenças estruturais, a OCDE considera útil comparar o *índice de concentração atual* de imigrantes nas escolas com o *índice de concentração potencial máxima* de imigrantes nas escolas. Usando o segundo índice como referência, a OCDE observa uma diferença absoluta de 12 pontos percentuais entre as concentrações de estudantes imigrantes atual e potencial máxima em Portugal. Deste modo, assumindo a relação de que o primeiro índice (concentração atual) tem o valor de menos de metade do valor do segundo índice (concentração potencial máxima), pode aferir-se que Portugal se encontra numa das situações mais favoráveis no contexto da OCDE de melhor equilíbrio na distribuição dos estudantes imigrantes pelas escolas.

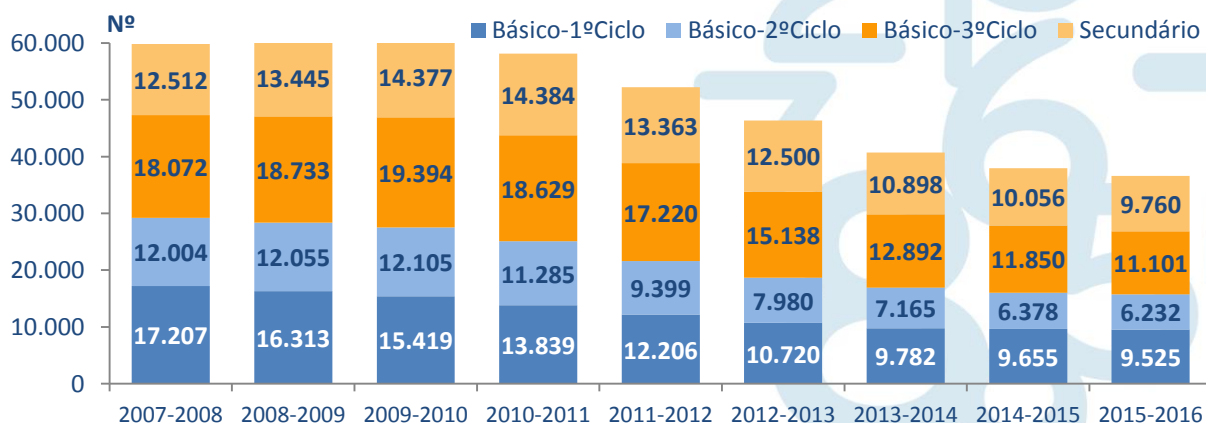
É, pois, a concentração do desfavorecimento socioeconómico (e não a concentração de estudantes imigrantes em si) que prejudica a aprendizagem ([PISA, 2016: 257](#)). Resulta que a ligação entre a concentração de imigrantes numa escola e os baixos desempenhos é o reflexo socioeconómico das escolas onde os imigrantes estão matriculados. Parece, assim, que é a classe social e as características socioeconómicas dos indivíduos e das suas famílias que tem mais papel explicativo das performances escolares, suplantando claramente a influência explicativa que a origem imigrante pode ter.

## 3. Alunos estrangeiros no Ensino Básico e Secundário

Se na primeira década do século XXI se observa um aumento gradual dos alunos estrangeiros no ensino básico e secundário em Portugal, em resultado também do aumento da população estrangeira residente no país, nos últimos anos (em especial desde o ano letivo de 2009/2010) verifica-se uma redução gradual dos alunos estrangeiros nesses níveis de ensino. No ano letivo de 2015/2016 encontravam-se matriculados no Ensino Básico e Secundário de Portugal 36.618 alunos de nacionalidade estrangeira, verificando-se um decréscimo de 21.519 alunos (-37%) face ao início desta década (ano letivo de referência 2010/2011). O decréscimo verificado nos últimos anos letivos reflete, por um lado, a própria diminuição da população estrangeira residente em Portugal e, por outro, o aumento do número de cidadãos estrangeiros, nomeadamente de descendentes de imigrantes já nascidos em Portugal, que adquiriram a nacionalidade portuguesa ao abrigo do enquadramento legal instituído em 2006 (mais em [Oliveira et al. 2017](#)), o que os faz desaparecer das estatísticas oficiais por deixarem de ser estrangeiros. Os dados aqui analisados, referentes ao Ensino Básico e Secundário, reportam alunos matriculados no ensino público de educação, não se incluindo neste universo os alunos a frequentar o ensino artístico em cursos de iniciação ou em regime articulado ou supletivo. Também não estão contemplados os alunos que frequentaram Cursos de Especialização Tecnológica.

No ano letivo de 2015/2016 o nível de ensino que reunia o maior número de alunos estrangeiros era o 3º ciclo do ensino básico (11.101 alunos), seguido do ensino secundário (com 9.760 alunos). Desde o início da década (por referência ao ano letivo de 2010/2011) os níveis de ensino que perderam mais alunos foram o 2º ciclo (-44,8%, o correspondente a -5.053 alunos) e o 3º ciclo (-40,4%, ou seja, -7.528 alunos), seguindo-se o secundário (-32,1%, ou seja, -4.624 alunos) e, finalmente, o 1º ciclo que foi o nível de ensino obrigatório que perdeu menos alunos (-31,2%, o correspondente a -4.314 alunos).

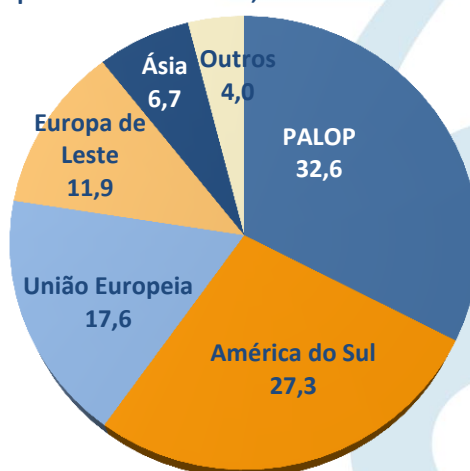
**Número de alunos estrangeiros matriculados nos ciclos do Ensino Básico e Secundário em Portugal Continental, entre os anos letivos de 2007/2008 e de 2015/2016**



Fonte: DGEEC- Ministério da Educação (sistematização das autoras).

## 4. Principais nacionalidades dos alunos do Ensino Básico e Secundário

Alunos estrangeiros matriculados no Ensino Básico e Secundário em Portugal Continental, segundo os principais grupos de nacionalidade, no ano letivo de 2015/2016 (%)



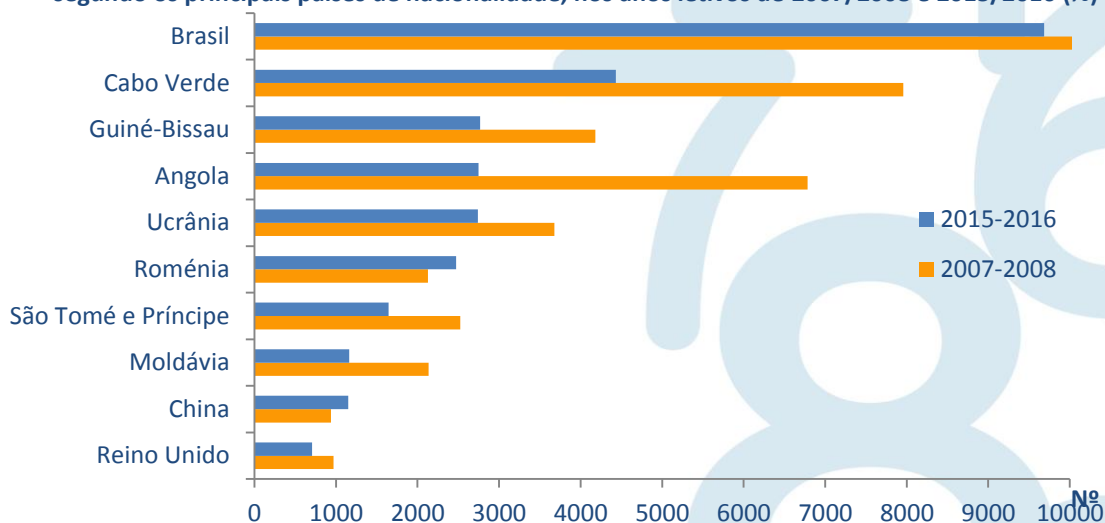
Fonte: DGEEC- Ministério da Educação (sistematização e cálculos das autoras).

As escolas públicas do ensino básico e secundário reuniam, no ano letivo de 2015/2016, **alunos de 180 nacionalidades diferentes**, sendo que no seu conjunto os alunos de nacionalidade estrangeira correspondiam a 3,5% do total de alunos do sistema escolar português.

À semelhança do verificado em anos anteriores, no ano letivo de 2015/2016 cerca de um terço dos alunos estrangeiros tinha nacionalidade de um país africano, com destaque para os alunos dos PALOP (32,6% do total de alunos estrangeiros matriculados no ensino básico e secundário). A este grupo seguiam-se os alunos da América do Sul (provenientes maioritariamente do Brasil) e da União Europeia, representando 27,3% e 17,6%, respetivamente. Face à situação que se verificava há cerca de dez anos (ou seja, no ano letivo de 2007/2008) e refletindo a quebra geral de alunos estrangeiros matriculados no Ensino Básico e Secundário, todos os grupos de nacionalidades apresentam uma taxa de variação negativa entre os anos letivos os anos letivos de 2007-2008 e 2015-2016. A única exceção a esta tendência são os alunos da Ásia, que registaram uma variação positiva de +33%. O aumento dos alunos asiáticos, em especial dos chineses, nos últimos anos reflete tanto o aumento de entradas de crianças e jovens dessa nacionalidade, ao abrigo do reagrupamento familiar, como reflete também a importância de nascimentos de filhos de imigrantes chineses ocorridos em Portugal nos últimos anos (recorde-se que segundo dados do Relatório Estatístico Decenal Imigração em Números do Observatório das Migrações, [Oliveira e Gomes 2014](#), a taxa de fecundidade geral das mulheres de nacionalidade chinesa era a mais alta entre as mulheres estrangeiras).



**Alunos estrangeiros matriculados no Ensino Básico e Secundário em Portugal Continental, segundo os principais países de nacionalidade, nos anos letivos de 2007/2008 e 2015/2016 (%)**



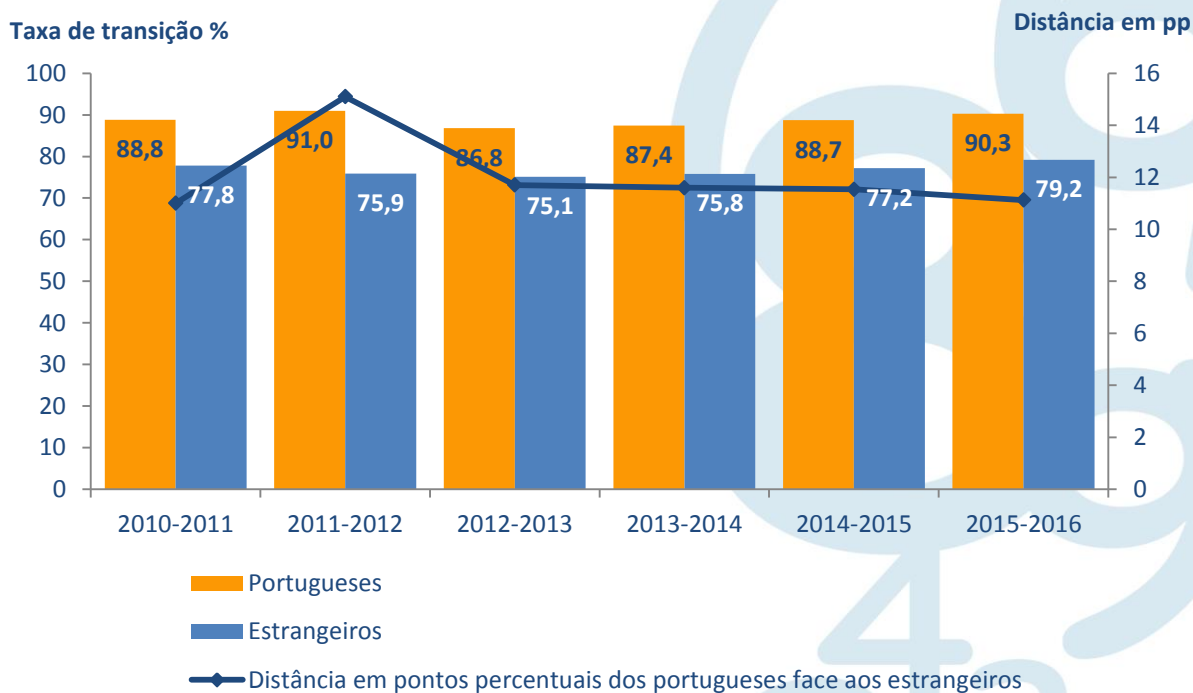
Fonte: DGEEC-Ministério da Educação (sistematização das autoras).

Uma análise desagregada por **principais países de nacionalidade dos alunos estrangeiros** matriculados no Ensino Básico e Secundário revela que no ano letivo de 2015/2016 se destacavam na primeira posição os brasileiros com 26,5% dos alunos estrangeiros matriculados (o correspondente a 9.687 alunos). Na segunda e terceira posições encontravam-se os alunos cabo-verdianos (12,1% ou 4.433 alunos) e os alunos da Guiné-Bissau (7,6% ou 2.768 alunos). A quarta e quinta posições eram ocupadas pelos alunos de Angola (7,5% ou 2.750 alunos) e Ucrânia (7,5% ou 2.741 alunos) e a sexta posição pertencia aos alunos romenos (6,8% ou 2.475). Destaque ainda para os alunos de São Tomé e Príncipe, da Moldávia, da China e do Reino Unido, a representarem 4,5%, 3,2%, 3,1% e 1,9%, respetivamente. Resulta que grande parte das nacionalidades apresentam taxas de variação negativas entre os dois anos letivos 2007/2008 e 2015/2016, com exceção dos alunos chineses e romenos, que apresentam variações positivas (crescimento de +22% no caso dos alunos chineses e +16% no caso dos alunos romenos).

Esta evolução fez alterar a ordenação das nacionalidades mais representadas nos alunos estrangeiros matriculados nestes níveis de ensino do sistema escolar português. Face ao ano letivo de 2007/2008, mantêm-se as mesmas nacionalidades nas duas primeiras posições, embora os alunos de nacionalidade angolana tenham baixado a sua posição na ordenação das dez nacionalidades com maior número de alunos matriculados no ensino básico e secundário. O incremento que se tem vindo a verificar nas aquisições da nacionalidade portuguesa poderá explicar em parte esta descida de posição (em especial dos alunos angolanos), ou seja, estes alunos podem não ter abandonado o sistema escolar português embora tenham desaparecido das estatísticas oficiais acerca de estrangeiros com a mudança de nacionalidade.

## 5. Desempenho escolar dos alunos estrangeiros do Ensino Básico e Secundário

Taxa de transição/conclusão dos alunos no Ensino Básico e Secundário, de portugueses e estrangeiros, em Portugal Continental, entre os anos letivos de 2010/2011 e 2015/2016 (%)



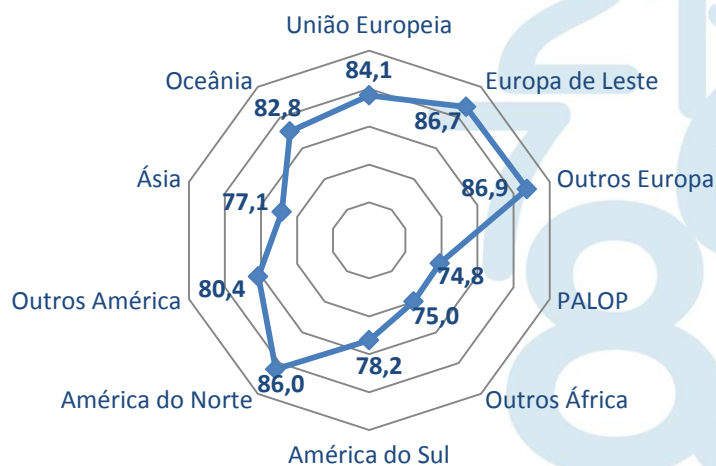
Fonte: DGEEC-Ministério da Educação (sistematização e cálculos das autoras).

Relativamente ao desempenho escolar no ensino básico e secundário em Portugal, os dados mostram que os alunos de nacionalidade estrangeira apresentam, de forma genérica, níveis de sucesso escolar inferiores aos verificados junto dos alunos de nacionalidade portuguesa, tendência contínua ao longo da última década (Oliveira e Gomes, 2014: 134; Oliveira e Gomes, 2016: 62). No ano letivo de 2015/2016, a taxa de transição/conclusão dos alunos de nacionalidade estrangeira (79,2%) situava-se 11 pontos percentuais abaixo da taxa apresentada pelos alunos de nacionalidade portuguesa (90,3%). No entanto, e em termos evolutivos, importa realçar um dado importante: quando se estabelece uma comparação com os anos letivos anteriores, denota-se uma melhoria nos níveis de sucesso escolar dos alunos de nacionalidade estrangeira, que sobem cerca de 4 pontos percentuais na taxa de transição/conclusão face ao ano letivo de 2012/2013. Esta tendência é transversal ao conjunto dos alunos do Ensino Básico e Secundário, notando-se simultaneamente uma melhoria do desempenho escolar entre os alunos de nacionalidade portuguesa (que sobem a taxa de transição em 3,5 pontos percentuais de 2012/2013 para 2015/2016).

Os dados do desempenho escolar dos alunos estrangeiros **em função do sexo** mostram que, de forma genérica, a taxa de sucesso escolar é mais elevada nos alunos do sexo feminino, quer se trate de alunos portugueses ou alunos estrangeiros. Assim, no ano letivo de 2015/2016, enquanto a taxa de transição dos alunos portugueses do sexo feminino era de 91,9%, no caso dos alunos do sexo masculino essa taxa atingia apenas 88,8% (refletindo uma diferença de 3,2 pontos percentuais). Os alunos de nacionalidade estrangeira revelam, para o mesmo ano letivo, a mesma tendência: a taxa de transição dos alunos do sexo feminino (81%) era superior à taxa de transição dos alunos do sexo masculino (77,4%) em 3,6 pontos percentuais.

Os alunos estrangeiros não são, contudo, um todo homogéneo, distinguindo-se em função da **nacionalidade**. No ano letivo de 2015/2016, e no que respeita ao desempenho escolar, nota-se que os alunos estrangeiros com melhores resultados escolares são provenientes do continente europeu, com desempenhos superiores aos registados pela média do total de estrangeiros. No grupo dos alunos do continente europeu, os alunos com melhores resultados são os alunos dos “outros países europeus” (maioritariamente de nacionalidade suíça) com 86,9% de taxa de transição, seguidos dos alunos da Europa de Leste (86,7% de taxa de transição) e da União Europeia (84,1% de taxa). Por contraste, os nacionais do continente africano (74,8% de taxa de transição para os alunos dos PALOP e 75% para os alunos de outros países africanos) e asiático (taxa de 77,1%) apresentam resultados abaixo do verificado para a média do total de estrangeiros (79,2%). Também os alunos da América do Sul (78,2%) evidenciam desempenhos abaixo do verificado para a média do total de estrangeiros. No continente americano, destacam-se contudo os alunos da América do Norte (86%) com desempenhos escolares acima da média do total de estrangeiros.

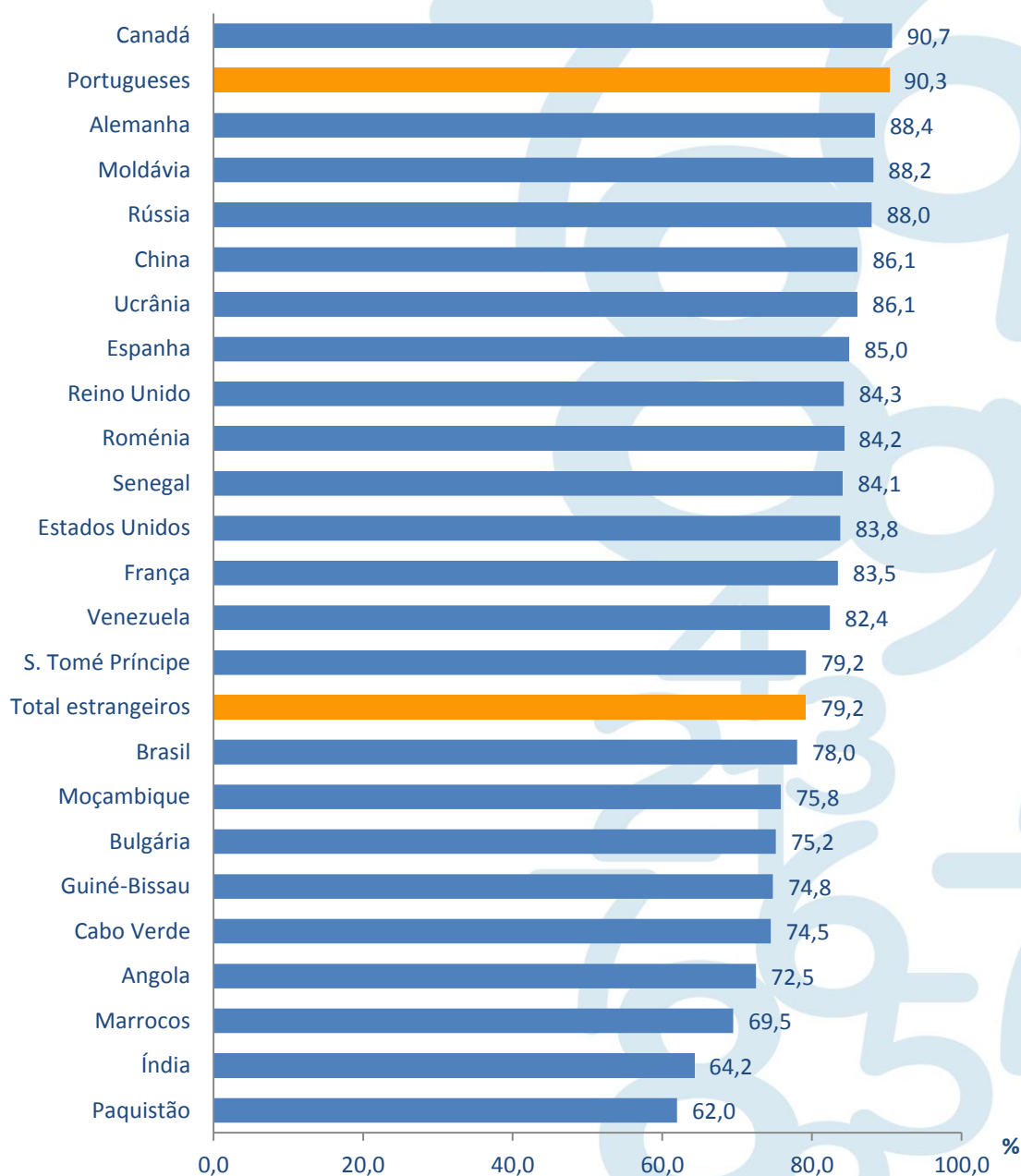
Taxa de transição/conclusão dos alunos no Ensino Básico e Secundário, segundo os principais grupos de nacionalidade, em Portugal Continental, no ano letivo de 2015/2016 (%)



Fonte: DGEEC-Ministério da Educação (sistematização e cálculos das autoras).



Taxa de transição/conclusão dos alunos no Ensino Básico e Secundário, segundo os principais países de nacionalidade, em Portugal Continental, no ano letivo de 2015/2016 (%)



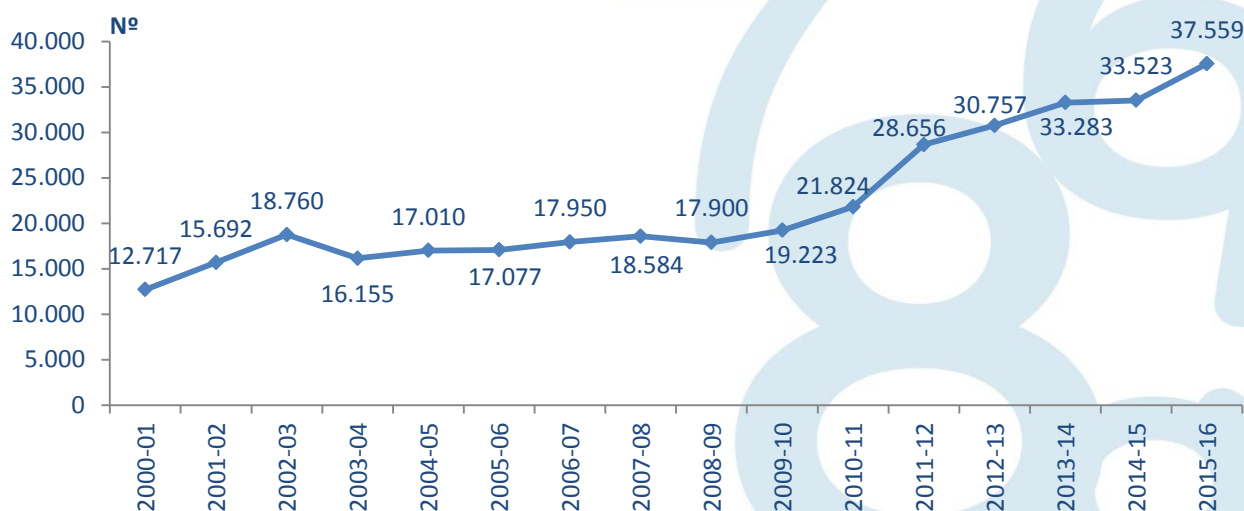
Fonte: DGEEC-Ministério da Educação (sistematização e cálculos das autoras).

Considerando, uma vez mais, o ano letivo de 2015/2016, e os **principais países de nacionalidade** dos alunos estrangeiros matriculados no ensino básico e secundário, embora a generalidade das nacionalidades estrangeiras apresentem taxas de transição ou conclusão inferiores às observadas para os alunos portugueses (com exceção dos alunos canadianos, que apresentam taxas superiores às dos alunos portugueses), observa-se que os alunos com melhores resultados escolares são os oriundos da Europa de Leste (e.g. Moldávia com +9,0 pontos percentuais que a média dos estrangeiros; Rússia com +8,8 pontos percentuais que a média dos alunos estrangeiros; e a Ucrânia com +6,9 pontos percentuais que os outros alunos estrangeiros), destacando-se igualmente os alunos de países da União Europeia (e.g. Alemanha com +9,2 pontos percentuais que a média dos alunos estrangeiros; e a Espanha com +5,8 pontos percentuais que o total de alunos estrangeiros) e de alguns países do continente americano (e.g. o Canadá com mais 11,5 pontos percentuais; e os Estados Unidos com +4,6 pontos percentuais). Uma nota, ainda, para os resultados escolares dos alunos da China e do Senegal (China com +6,9 pontos percentuais que a média dos alunos estrangeiros; e o Senegal com +4,9 pontos percentuais que os outros alunos estrangeiros).

Por oposição, os alunos que registam resultados escolares mais baixos por comparação aos restantes grupos são os nacionais de países asiáticos (e.g. Paquistão com -17,2 pontos percentuais que o total de alunos estrangeiros; e a Índia com -14,9 pontos percentuais que a média da taxa de conclusão ou transição dos alunos estrangeiros) e de países africanos (e.g. Marrocos com -9,7 pontos percentuais que a média dos estrangeiros, Angola com -6,7 pontos percentuais, Cabo Verde com -4,7 pontos percentuais, e Guiné-Bissau com -4,4 pontos percentuais).

## 6. Estudantes estrangeiros no Ensino Superior português

Evolução do número de alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior em Portugal, entre os anos letivos de 2000/2001 e 2015/2016



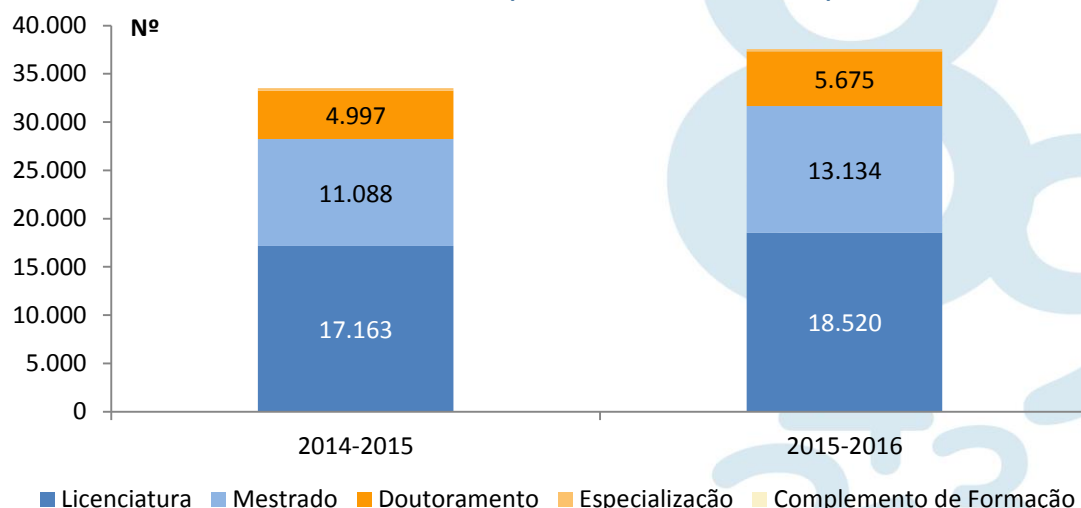
Fonte: Inquérito aos Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, DGEEC/MEC (Sistematização das autoras).

No Ensino Superior os últimos anos caracterizam-se por um crescimento notável do número de alunos estrangeiros. No ano letivo de 2015/2016, os alunos estrangeiros correspondiam a 37.559 inscritos, registando um crescimento de 12% face ao ano letivo anterior. Desde o início desta década (ano letivo 2010/2011) os alunos estrangeiros inscritos no ensino superior português apresentaram uma taxa de variação de +72,1%. Este crescimento em valores absolutos teve também impacto na importância relativa destes alunos no total de alunos do ensino superior português, passando os estudantes estrangeiros a representar 10,5% do total de inscritos no ensino superior em 2015/2016 (mais 7,2 pontos percentuais face ao ano letivo de 2000/2001, quando os estudantes estrangeiros representavam apenas 3,3% do total de inscritos no ensino superior). Nos últimos anos programas de captação de estudantes internacionais para o ensino superior têm feito aumentar os fluxos migratórios de estudantes estrangeiros para vários graus do ensino superior nos diferentes países da OCDE, como se mostrou anteriormente. Algumas mudanças no enquadramento legal português dos últimos anos, com vista à captação de estudantes internacionais para o ensino superior, têm influenciado na evolução dos alunos estrangeiros no ensino superior. O Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março estabeleceu em 2014 o estatuto do estudante internacional, fundamentando-se na noção de que a *captação de estudantes estrangeiros permite aumentar a utilização da capacidade instalada nas instituições, potenciar novas receitas próprias, que poderão ser aplicadas no reforço da qualidade e na diversificação do ensino ministrado, e tem um impacto positivo na economia.*



O grau do ensino superior que regista maior número de alunos estrangeiros é o **grau de licenciatura**. No ano letivo de 2015/2016 os alunos estrangeiros a frequentar licenciaturas perfaziam 18.520, traduzindo 49,3% do total de estudantes estrangeiros inscritos no ensino superior. De notar, ainda assim, que a importância relativa dos alunos estrangeiros de mestrado e de doutoramento aumentou entre os anos letivos de 2010/2011 e 2015/2016 – de 31,1% para 35% e de 12,4% para 15,1%, respetivamente. Em termos absolutos, entre estes dois anos letivos, os **alunos estrangeiros de mestrado registaram um crescimento de 93%** (de 6.792 alunos para 13.134), tendo os **alunos de doutoramento aumentado 110%** (de 2.701 passaram a 5.675).

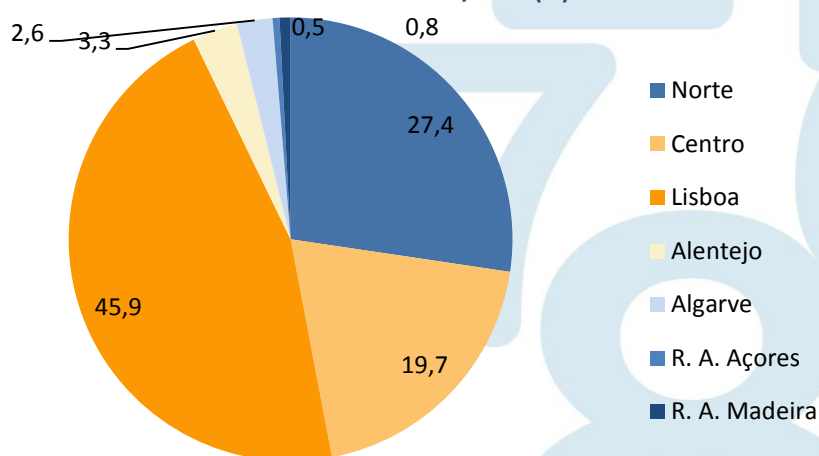
Alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior em Portugal, segundo o nível de formação, entre o ano letivo de 2014/2015 e o ano letivo de 2015/2016



Fonte: Inquérito aos Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, DGEEC/MEC

Relativamente à **distribuição pelo país** dos estudantes estrangeiros inscritos no ensino superior, e mantendo a tendência de anos anteriores, constata-se que as principais regiões de destino dos estudantes estrangeiros são as regiões de Lisboa, Norte e Centro (NUTII), refletindo também as zonas de maior concentração de estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal. No ano letivo de 2015/2016 a região de Lisboa concentrava 45,9% dos alunos estrangeiros, seguindo-se a região Norte com 27,4% e a região Centro com 19,7%. As restantes regiões do país (Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira) detêm apenas 7,1% do total de estudantes estrangeiros inscritos no ensino superior em Portugal, refletindo também a fraca densidade de universidades nessas regiões.

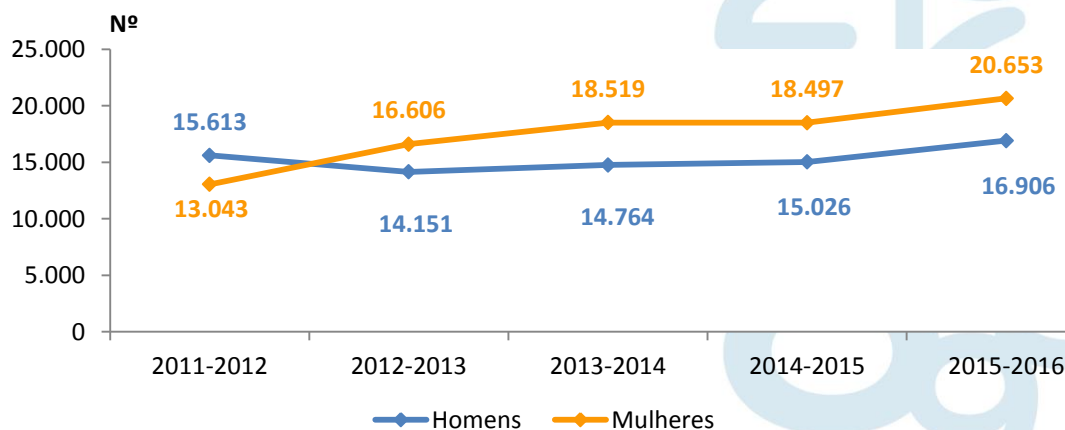
Alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior em Portugal, segundo regiões NUT II, no ano letivo de 2015/2016 (%)



Fonte: Inquérito aos Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, DGEEC/MEC

A **distribuição por sexo dos alunos estrangeiros** inscritos em estabelecimentos de ensino superior mostra uma prevalência dos alunos estrangeiros do sexo feminino: 55,0% no ano letivo de 2015/2016. Também mantendo a tendência de anos anteriores, as áreas de educação e formação que no ano letivo de 2015/2016 reuniram maior número de alunos estrangeiros foram essencialmente três: “Ciências Sociais, Comércio e Direito” (39,3%), “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção” (17,7%) e “Artes e Humanidades” (13,1%). Assim, cerca de 70% dos alunos de nacionalidade estrangeira concentravam-se nestas três áreas.

Alunos estrangeiros inscritos em estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal, segundo o sexo, entre o ano letivo de 2011/2012 e o ano letivo de 2015/2016



Fonte: Inquérito aos Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, DGEEC/MEC

# Boletim Estatístico OM

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES

Alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior em Portugal,  
segundo os países de nacionalidade mais significativos, no ano letivo 2015/2016 (%)

| Principais países   | 2015-2016     |            |
|---------------------|---------------|------------|
|                     | N             | %          |
| <b>África</b>       |               |            |
| Angola              | 3.697         | 9,8        |
| Cabo Verde          | 2.578         | 6,9        |
| Moçambique          | 779           | 2,1        |
| São Tomé e Príncipe | 775           | 2,1        |
| Guiné-Bissau        | 521           | 1,4        |
| <b>América</b>      |               |            |
| Brasil              | 10.099        | 26,9       |
| Estados Unidos      | 172           | 0,5        |
| <b>Ásia</b>         |               |            |
| China               | 949           | 2,5        |
| Turquia             | 568           | 1,5        |
| Índia               | 286           | 0,8        |
| Irão                | 275           | 0,7        |
| Timor-Leste         | 260           | 0,7        |
| <b>Europa</b>       |               |            |
| Espanha             | 3.206         | 8,5        |
| Itália              | 2.208         | 5,9        |
| Alemanha            | 1.422         | 3,8        |
| Polónia             | 1.311         | 3,5        |
| França              | 930           | 2,5        |
| Ucrânia             | 496           | 1,3        |
| Roménia             | 489           | 1,3        |
| Holanda             | 453           | 1,2        |
| República Checa     | 400           | 1,1        |
| Bélgica             | 379           | 1,0        |
| Lituânia            | 282           | 0,8        |
| Rússia              | 186           | 0,5        |
| Moldávia            | 143           | 0,4        |
| <b>Total</b>        | <b>37.559</b> | <b>100</b> |

Fonte: Inquérito aos Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, DGEEC/MEC  
(Sistematização e cálculos das autoras).

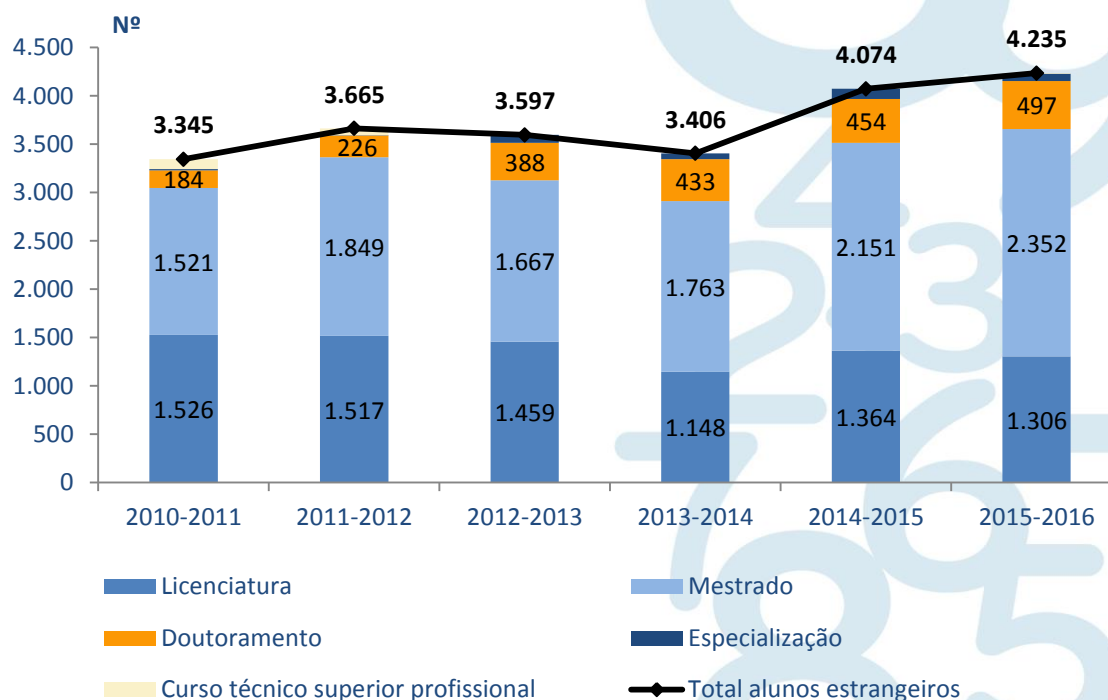


No que toca às nacionalidades do universo de alunos estrangeiros inscritos no ensino superior, observa-se que cerca de metade dos alunos são nacionais dos países da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) - 49,9% no ano letivo de 2015/2016, mantendo deste modo a tendência de anos anteriores, muito embora a importância relativa destes nacionais tenha vindo a diminuir ao longo dos últimos anos. Os alunos da União Europeia correspondem ao segundo grupo mais numeroso, representando 34,9% no ano letivo de 2015/2016. Considerando o ano letivo de 2015/2016, e analisando os **países de nacionalidade mais significativos**, conclui-se que os principais países de origem dos alunos estrangeiros do ensino superior são, por ordem decrescente, o Brasil (com 10.099 alunos, correspondendo a 26,9% do total de alunos estrangeiros do ensino superior e com uma taxa de variação face ao início da década de +44,5%), Angola (3.697 alunos, representando 9,8%, e com um crescimento face ao início da década de +6,5%), Espanha (3.206 alunos, equivalendo a 8,5%, e com um crescimento face ao ano letivo de 2010/2011 de +19,2%), Cabo Verde (2.578 alunos, traduzindo 6,9%, mas refletindo uma diminuição face ao início da década de -19,8%) e Itália (2.208 alunos correspondendo a 5,9%, com uma variação de +80,1%). Face ao início da década, há a registar a evolução negativa dos alunos de nacionalidade cabo-verdiana que perdem a terceira posição no ranking para os alunos de nacionalidade espanhola. Uma vez mais, a **distribuição por sexo** dos alunos estrangeiros mostra que os alunos do sexo feminino são os mais numerosos na grande maioria dos grupos de países, com exceção dos alunos africanos e asiáticos onde o sexo masculino é predominante.

## 7. Diplomados de nacionalidade estrangeira no Ensino Superior português

Embora assumindo valores inferiores ao número de alunos inscritos, o **número de diplomados estrangeiros** no ensino superior tem vindo a aumentar. Em 2015/2016 registou-se um aumento de +26,6% face ao início da década (passou-se de 3.345 diplomados no ano letivo de 2010/2011 para 4.235 em 2015/2016). Importa ainda atender que a frequência de alunos estrangeiros no ensino superior não traduz o universo de alunos que está ou tenciona estar a frequentar os graus de ensino superior de forma completa. Na realidade, o sistema de ensino superior português acolhe cada vez mais estrangeiros inscritos em programas temporários de mobilidade internacional que frequentam apenas algumas disciplinas ou módulos nas universidades nacionais e que por isso se encontram no universo de inscritos, mas não se refletem na importância dos diplomados. No ano letivo de 2015/2016, por exemplo, estavam inscritos no ensino superior 13.110 estudantes estrangeiros de programas de mobilidade internacional, o equivalente a 34,9% do universo de alunos estrangeiros inscritos nesse ano.

Diplomados de nacionalidade estrangeira em estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal, por nível de formação, entre os anos letivos de 2010/2011 e 2015/2016



Fonte: Inquérito aos Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, DGEEC/MEC (Sistematização das autoras).

No ano letivo de 2015/2016, o **grau de ensino superior que registou maior número de diplomados estrangeiros foi o grau de mestrado**: os diplomados estrangeiros que obtiveram o grau de "mestre" perfaziam 2.352 (55,5% do total). Na segunda posição encontram-se os diplomados do grau de licenciatura (representavam 30,8% do total de diplomados estrangeiros). No grau de licenciatura nota-se, contudo, uma diminuição de -14,4% no número de diplomados estrangeiros face ao início desta década (passou-se de 1.526 em 2010/2011 para 1.306 em 2015/2016), a que não é alheia a sobre representação de estudantes estrangeiros de programas temporários de mobilidade internacional nesse nível de formação que se inscrevem em anos letivos específicos de intercâmbio, mas que não se diplomam no país. Por contraste, nos graus de mestrado e doutoramento verifica-se a tendência inversa. O número de estrangeiros que obteve o grau de "mestre" aumentou +54,6% entre 2010/2011 e 2015/2016 (passou de 1.521 para 2.352), sendo esse aumento de +170% no grau de "doutor" (passou de 184 no início da década para 497 em 2015/2016).

Acompanhando a tendência da distribuição por áreas de educação dos estudantes estrangeiros inscritos no ensino superior, no ano letivo de 2015/2016 o maior número de diplomados estrangeiros completou estudos na área das **"Ciências Sociais, Comércio e Direito"** (representando 40,9% do total de diplomados estrangeiros), seguindo-se, por ordem decrescente, os diplomados da área da **"Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção"** (15,2%), das **"Artes e Humanidades"** (12,1%) e da **"Saúde e Proteção Social"** (10,3%). Nos anos letivos anteriores destacavam-se as mesmas áreas de estudo.

**Diplomados de nacionalidade estrangeira em estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal, por nível de formação, no ano letivo de 2015/2016**

| Área de Educação                                    | 2015-2016    |            |
|---|--------------|------------|
|   | N            | %          |
| Ciências Sociais, Comércio e Direito                | 1.732        | 40,9       |
| Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção | 645          | 15,2       |
| Artes e Humanidades                                 | 511          | 12,1       |
| Saúde e Proteção Social                             | 437          | 10,3       |
| Ciências, Matemática e Informática                  | 341          | 8,1        |
| Educação  | 284          | 6,7        |
| Serviços  | 252          | 6,0        |
| Agricultura   | 32           | 0,8        |
| Desconhecido ou não especificado                    | 1            | 0,0        |
| <b>Total</b>  | <b>4.235</b> | <b>100</b> |

Fonte: Inquérito aos Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, DGEEC/MEC (Sistematização e cálculos das autoras)



Relativamente à repartição por sexo dos diplomados de nacionalidade estrangeira, os dados refletem o que tinha sido apurado antes para o número de inscritos, ou seja, **destacam-se os diplomados do sexo feminino** (com valores superiores a 53%).

Também no que toca às **nacionalidades dos diplomados estrangeiros**, encontram-se refletidas as mesmas tendências evidenciadas anteriormente para os alunos estrangeiros inscritos em estabelecimentos de ensino superior em Portugal. Ou seja, são os **nacionais dos países da CPLP os que mais se destacam entre os diplomados estrangeiros em Portugal**, representando 57,3% no ano letivo de 2015/2016. Às nacionalidades dos países da CPLP seguem-se os diplomados da União Europeia (22,6%). Recorde-se, porém, que no universo dos inscritos no ensino superior os estudantes da União Europeia representavam 35%, cerca de 12 pontos percentuais acima do valor que obtêm no universo de diplomados, refletindo esta diferença o grande universo de europeus que integra programas de mobilidade temporária internacional, ou seja, que procuram a inserção em universidades portuguesas por períodos curtos de tempo, não se diplomando no país. Os diplomados da União Europeia registaram uma evolução positiva entre os anos letivos de 2010/2011 e 2015/2016 – subiram 4,9 pontos percentuais (enquanto os diplomados dos países da CPLP tenham registado uma evolução negativa, descendo 7,5 pontos percentuais).

De notar que os diplomados do ensino superior provenientes da Ásia também registaram uma evolução positiva face ao início desta década: no ano letivo de 2015/2016, os diplomados asiáticos passaram a representar 8,5% (mais 4,1 pontos percentuais que em 2010/2011 – quando representavam 4,4%). Por oposição, os alunos dos PALOP registaram uma evolução negativa entre o ano letivo de 2010/2011 e 2015/2016 (menos 8,4 pontos percentuais – representavam 35,8% no início da década, passando a representar 27,4% no ano letivo de 2015/2016).

À semelhança do observado para o número de estrangeiros inscritos no ensino superior português, e considerando o ano letivo de 2015/2016, conclui-se que os principais países de origem dos diplomados estrangeiros do Ensino Superior são, por ordem decrescente, o **Brasil** (com 1.228 diplomados, correspondendo a 29% do total de diplomados estrangeiros), **Angola** (546 diplomados, representando 12,9%), **Cabo Verde** (359 diplomados, equivalendo a 8,5%), **Espanha** (287 alunos, traduzindo 6,8%), **Itália** (181 diplomados correspondendo a 4,3%), **Alemanha** (173 diplomados, representando 4,1%) e **China** (120 diplomados, equivalendo igualmente a 2,8%).

# Boletim Estatístico OM

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES

Diplomados de nacionalidade estrangeira em estabelecimentos do Ensino Superior em Portugal, segundo os países de nacionalidade mais significativos, no ano letivo 2015/2016

| Principais países   | 2015-2016    |            |
|---------------------|--------------|------------|
|                     | N            | %          |
| <b>África</b>       |              |            |
| Angola              | 546          | 12,9       |
| Cabo Verde          | 359          | 8,5        |
| Moçambique          | 119          | 2,8        |
| São Tomé e Príncipe | 92           | 2,2        |
| Guiné-Bissau        | 43           | 1,0        |
| <b>América</b>      |              |            |
| Brasil              | 1228         | 29,0       |
| Colômbia            | 47           | 1,1        |
| Estados Unidos      | 43           | 1,0        |
| Canadá              | 13           | 0,3        |
| Venezuela           | 12           | 0,3        |
| <b>Ásia</b>         |              |            |
| China               | 120          | 2,8        |
| Irão                | 52           | 1,2        |
| Timor-Leste         | 38           | 0,9        |
| Índia               | 35           | 0,8        |
| <b>Europa</b>       |              |            |
| Espanha             | 287          | 6,8        |
| Itália              | 181          | 4,3        |
| Alemanha            | 173          | 4,1        |
| Ucrânia             | 71           | 1,7        |
| França              | 68           | 1,6        |
| Roménia             | 42           | 1,0        |
| Polónia             | 37           | 0,9        |
| Reino Unido         | 35           | 0,8        |
| Países Baixos       | 33           | 0,8        |
| Rússia              | 33           | 0,8        |
| Moldávia            | 18           | 0,4        |
| <b>Total</b>        | <b>4.235</b> | <b>100</b> |

Fonte: Inquérito aos Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, DGEEC/MEC (Sistematização e cálculos das autoras).